



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
(SESSÃO CONJUNTA)

ANO LXIV - Nº 016 - QUARTA-FEIRA, 5 DE AGOSTO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **JOSÉ SARNEY** – PMDB-AP

1º Vice-Presidente

Deputado **MARCO MAIA** – PT-RS

2º Vice-Presidente

Senadora **SERYS SLHESSARENKO** – BLOCO PT-MT

1º Secretário

Deputado **RAFAEL GUERRA** – PSDB-MG

2º Secretário

Senador **JOÃO VICENTE CLAUDINO** – PTB-PI

3º Secretário

Deputado **ODAIR CUNHA** – PT-MG

4º Secretário

Senadora **PATRÍCIA SABOYA** – PDT-CE

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 17ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 4 DE AGOSTO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2.1 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o décimo aniversário de criação do Ministério da Defesa.

02876

1.2.2 – ORADORES

SENADOR HERÁCLITO FORTES 02876

DEPUTADO EDIO LOPES 02877

SENADOR ROMEU TUMA 02879

SENADOR SÉRGIO ZAMBIAZI 02881

DEPUTADO IBSEN PINHEIRO 02883

DEPUTADA PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA 02885

DEPUTADO JOSÉ GENÓIMO 02887

SENADOR MARCELO CRIVELLA 02889

DEPUTADO FRANCISCO RODRIGUES 02890

DEPUTADO JAIR BOLSONARO 02891

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG 02894

DEPUTADO ULDURICO PINTO 02895

SENADOR FLEXA RIBEIRO (ART. 203, DO REGIMENTO
INTERNO DO SENADO FEDERAL) 02898

1.3 – ENCERRAMENTO

CONGRESSO NACIONAL

2 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

4 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

5 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 17^a Sessão Conjunta (Solene), 4 de agosto de 2009

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência da Sra. Serlys Slhessarenko, e dos Srs. Heráclito Fortes e Romeu Tuma.

(Inicia-se a Sessão às 9 Horas e 26 Minutos, e Encerra-se às 12 Horas e 14 Minutos)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. DEM – PI) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o 10º Aniversário da criação do Ministério da Defesa.

Convidado para compor a Mesa o Exmº Sr. Ministro da Defesa Nelson Jobim (*Palmas*); o Comandante da Marinha, Exmº Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto (*Palmas*); o Comandante do Exército Exmº Sr. General-de-Exército Enzo Martins Peri (*Palmas*); o Comandante da Aeronáutica Exmº Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito (*Palmas*); o subscritor desta homenagem, representando a Câmara dos Deputados, Exmº Sr. Deputado Federal Édio Vieira Lopes (*Palmas*).

Dando início à solenidade e sendo este Presidente autor desta homenagem pelo Senado e primeiro orador, eu solicitaria que o Senador Romeu Tuma assumisse a presidência dos trabalhos.

O Sr. Heráclito Fortes deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Convidado a todos os senhores e senhoras presentes para, de pé, cantarem o Hino Nacional, executado pela Banda de Música da Base Aérea de Brasília. (Pausa.)

(Procede-se à execução do Hino Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes, primeiro requerente desta homenagem no Senado Federal, no Congresso Nacional.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Ministro da Defesa, Nelson Jobim; Sr. Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto; Comandante do Exército, General-de-Exército Enzo Martins Peri; Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito; Srs. Ministros do Superior Tribunal Militar; Srs. Oficiais Generais; Srs. Secretários do Ministério da Defesa; Srs.

Adidos Militares; Oficiais dos Três Comandos Militares; servidores civis do Ministério da Defesa e, com muita justiça, membros da Banda de Música da Base Aérea de Brasília, que acabam de executar o Hino Nacional; Srs. e Srs. Senadores; Srs. e Srs. Deputados; minhas senhoras e meus senhores, há responsabilidades que são alienáveis na história de qualquer povo; de qualquer Nação.

Entre elas, em meio às mais importantes, está o compromisso absoluto que se deve ter com a manutenção da integridade do território nacional, com a intangibilidade da vida dos cidadãos e com a preservação do modo de vida, que é característico de cada cultura popular.

Sem isso, nenhum povo será livre. Sem isso, nenhuma Nação poderá dizer-se dona de seu destino, porque – sem isso – não será senhora de si, despossada de sua plena autonomia.

Daí, Sr. Presidente, a importância do tema da defesa nacional e, em consequência, do evento de criação, entre nós, do Ministério da Defesa – acontecimento cuja década hoje comemoramos em Sessão Solene Conjunta do Congresso Nacional.

Há dez anos, o Brasil reviu o desenho organizacional que até então orientava a existência e o funcionamento das instituições militares nacionais. Ao contrário da quase absoluta maioria das Nações que mais contam no jogo do poderio militar, o Brasil ainda mantinha em nível de ministério cada uma de suas Forças Armadas – por antiguidade: a Marinha, o Exército e a Aeronáutica.

O problema envolvido nesse estado de coisas é muito claro: a defesa do patrimônio territorial e cultural do povo brasileiro representa – e deve representar em si mesma – um e um único foco de atenção governamental. Isto aceito, como conviver então com a participação, em três instâncias isonômicas, das Forças Armadas nacionais? Justamente aquelas instituições entre todas as mais críticas para sustentar e integrar o esforço nacional de defesa?

Assim foi que a criação do Ministério da Defesa – fruto de decisão tomada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso –, em junho de 1999, introduziu no Brasil um aprimoramento institucional ao mesmo tempo importante e adequado – e somente intempestivo por-

que, em verdade, já poderia ter sido feito em ocasião anterior. O Brasil, provavelmente, já estava maduro para a unificação do comando da sua Defesa desde 1988, ano da promulgação da nossa Constituição.

Digo isso, Sr. Presidente, senhoras e senhores, porque, ao contrário do que muitos podem pensar, o reajustamento organizacional trazido pelo Ministério da Defesa foi um movimento governamental naturalmente compreendido, apoiado e, ao final, integralmente executado pelas próprias Forças Armadas.

Repto e acrescento: mais que nenhuma outra, a colaboração das nossas Forças Militares foi decisiva para o desembarço e o sucesso da nova instância ministerial de integração militar.

Esse é, realmente, um registro que, por justiça e coerência, deve ser feito nesta Sessão, como prova, testemunho e memento do profundo espírito de profissionalismo, de respeito à lei e de submissão ao Estado Democrático de Direito que, hoje, estrutura a atuação das instituições militares brasileiras.

É também justo registrar, Sr. Presidente, que a posição hoje ocupada pelas Forças Armadas em nosso panorama administrativo-institucional é tudo, menos uma volta, um retorno, um recuo a um melhor estado porventura experimentado no passado.

Ao contrário, num movimento progressista e inovador, as Forças Armadas brasileiras – que, durante toda história da República, exerceram, de modo inadequado, um papel desmesuradamente ativo no jogo político – exercem, hoje, de forma elogiável, o justo e apropriado limite de suas competências constitucionais.

Esse, Sr. Presidente, é um fato novo, de realidade irretorquível. E é um honroso monumento ao valor e à qualidade cívica que distinguem as mais recentes gerações de militares em nosso País.

Este, portanto, é o dia de comemorar um evento que, por si só, é o perfeito vaticínio da solidez e da pereerdade do respeito à ordem constitucional no Brasil.

Recebam, por isso, minhas congratulações as autoridades representantes do Ministério da Defesa, civis e militares, por serem fiadores dessa grande esperança, tão tardiamente florescida em nossa história.

Receba minhas congratulações, de modo especial, o primeiro Ministro da Defesa do Brasil, o capixaba Elcio Alvares, como também aqueles que lhe sucederam nesta missão: Geraldo Magela Quintão; José Viegas Filho; José Alencar, esta extraordinária figura de brasileiro por quem o Brasil tanto ora neste momento; Waldir Pires e Nelson Jobim.

Vale salientar que, dessa relação, a maioria deles teve passagem pelo Congresso Nacional, o que, em parte, facilitou e muito o entrosamento entre o Congresso e o Ministério da Defesa. Digo isso com a

experiência que tive em presidir a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e de poder, com um diálogo construtivo durante dois anos, fazer com que, em primeiro lugar, tivéssemos um Orçamento definido que beneficiasse, individualmente, cada uma das Forças e também beneficiasse o Ministério da Defesa como um todo, fazendo com que os orçamentos específicos fossem um vetor para que pudéssemos construir, finalmente, a modernização das Forças Armadas de que o Brasil tanto necessita e que tanto deseja.

Recebam, portanto, minhas congratulações todos os senhores.

Salve, Sr. Presidente, o Ministério da Defesa no décimo aniversário da sua fundação!

Salve as Forças Armadas do Brasil!

Salve o povo brasileiro!

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Concedo a palavra ao nobre Deputado Edio Lopes, primeiro requerente desta homenagem na Câmara dos Deputados.

O SR. EDIO LOPEZ (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão solene do Congresso Nacional, Senador Romeu Tuma; Exmº. Sr. Ministro da Defesa do Brasil Nelson Jobim; Exmº. Comandante da Marinha do Brasil, Almirante de Esquadra Moura Neto; Exmº. Sr. Comandante do Exército Brasileiro, General Enzo; Exmo. Sr. Tenente-Brigadeiro Juniti Saito, Comandante da Força Aérea do Brasil, Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, Srs. Oficiais Generais, Praças, com a devida vénia da Mesa, de uma forma muito social, quero cumprimentar aos militares das três Armas que prestam assessoria na Câmara dos Deputados.

Sr. Ministro, não poderia deixar de iniciar a minha fala sem antes reconhecer o trabalho árduo e profícuo que está sendo desenvolvido por V. Exª junto ao Ministério da Defesa. Sabemos e temos acompanhado, e, quando possível, até emprestado a nossa modesta colaboração no sentido de transformos obstáculos que se criaram e se enraizaram, sobretudo ao longo dos 20 anos, com relação às Forças Armadas do nosso País. Sabemos que V. Exª, numa visão macro de Estado, tem procurado dar às Forças Armadas a reestruturação tão necessária para que tenhamos Forças Armadas compatíveis com a necessidade e, sobretudo, com a grandeza do Brasil.

O plano de reestruturação estabelecido por V. Exª, dentro do plano de defesa nacional, merece de todos nós apoio irrestrito, e ainda mais desta Casa. Queremos aqui destacar o estímulo que V. Exª vem dando, por meio

desse plano, à indústria nacional de defesa e de pesquisa na área de defesa nacional. Isso demonstra claramente, Sr. Ministro, que V. Ex^a tem uma visão de mundo com os pés fincados no País, com o apoio à indústria nacional na geração de empregos, mas sobretudo com absorção da tecnologia de que tanto precisamos e de que muitas vezes não dispomos por estar lá no mercado externo.

Queremos, ainda, destacar o direcionamento de V. Ex^a rumo à vanguarda de tecnologia, como acabamos de falar, na área espacial. Eis aí um projeto do qual o Brasil não pode mais abrir mão, e V. Ex^a tem priorizado, dentro da medida do possível, para que possamos sonhar com um projeto de envergadura do tamanho das pretensões do Brasil: projeto cibernético, que trará a comunicação de ponta às três Armas. Eis aí uma questão crucial para qualquer programa de defesa de qualquer Estado e de qualquer outra área de desenvolvimento que se analise.

Por último, V. Ex^a tem dado prioridade à questão nuclear, e aqui, Sr. Ministro, Srs. Militares, quero dizer que esse projeto é uma referência desses vinte anos em que as Forças Armadas deste País foram tratadas de forma tão secundária.

Esse projeto sobreviveu, quando de tantos outros nem se ouve falar mais, fruto da persistência, da inteligência e do patriotismo dos militares brasileiros e, em especial, das mulheres e dos homens da Marinha do Brasil.

Quero dizer, Sr. Ministro, que embora reconheçamos – somos testemunhas e aqui enaltecemos – os avanços alcançados por V. Ex^a, somos sabedores que a tarefa ainda é gigantesca; as distorções nessa área são enormes. V. Ex^a acabou de conquistar algo que não se calava, que não se podia calar mais no País. Conseguiu avançar, por pouco ainda, na questão salarial dos militares. Isso é fruto da persistência de V. Ex^a, da parceria, do apoio e da assessoria das três Armas, que tanto é interessante neste momento. Não poderíamos concordar e não poderíamos aceitar como normal que um Delegado da Polícia Federal tivesse um vencimento superior a um General, a um General Comandante da Amazônia, por exemplo, que tem sob a sua responsabilidade a defesa, a vigilância e a guarda de mais de onze mil quilômetros de fronteiras totalmente desconhecidas da Amazônia brasileira; tem sob sua responsabilidade a defesa de 2/3 deste País, e tem sob sua responsabilidade 25 milhões de brasileiros que ali vivem. Não que um Delegado de Polícia Federal ganhe muito, pelo contrário, mas não podemos aceitar distorções desta natureza. E sabemos que V. Ex^a tem sido rigoroso na busca da correção dessa distorção.

Queremos dizer ainda aqui que esta Casa tem que ser chamada à responsabilidade: não podemos mais continuar aceitando passivamente o contingenciamento dos recursos do Ministério da Defesa. Enquanto os Ministérios civis têm todo um contingente de pressão, que vai do prefeito ao Governador, ao Deputado, ao Senador, pressionando os ministros da área econômica do País para o descontingenciamento, sabemos que pressão nessa mesma envergadura não se verifica quando o contingenciamento é na área militar, Sr. Ministro.

Portanto, concluo dizendo que muito nos orgulha estarmos neste momento aqui, comemorando os dez anos do Ministério da Defesa, comemorando os avanços e, sobretudo, sabendo o quanto temos pela frente, o quanto V. Ex^a está empenhado em equacionar problemas que se arrastaram por tanto tempo e que pareciam insolúveis.

Quero, como brasileiro, testemunhar a viagem que fiz ao Haiti – de lá voltei com dois sentimentos muito profundos: um, o sentimento de ver um país arrasado; o outro, o orgulho de ver os militares brasileiros, em solo estrangeiro, com tanta altitude, com tanta competência desempenhando as suas funções.

Eu tive oportunidade, Sr. Ministro, de, numa cerimônia onde estava o subsecretário da ONU, embaixadores de todos os países que têm embaixada naquele país, onde estava toda a tropa da ONU, presenciar o discurso de um coronel do Exército Brasileiro em quatro línguas. Não foi só “bom-dia”. Foi um discurso com começo, meio e fim, em quatro línguas. e aquilo me encheu de orgulho e demonstrou o quanto preparados estão os militares do meu País.

Quero aqui, atendendo a um pedido do prefeito do meu Mucajá, lá perdido na Amazônia, agradecer à Aeronáutica pelo ACISO que fez naquele Município, onde lá, no meio da floresta, em uma semana, a Aeronáutica atendeu quase três mil brasileiros que não sabiam o que era um atendimento de ponta.

Para concluir, amazônica que sou, pertencente à Frente Parlamentar que apoia as Forças Armadas na Amazônia, permitam-me encerrar com uma oração do militar na Amazônia:

*“A selva nos une!
A Amazônia nos pertence!
Tudo pela Amazônia!
Selva!”
(Palmas.)*

Durante o discurso do Sr. Edio Lopes, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, 2^a Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Szheissenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Sr. Deputado Edio Lopes, também primeiro requerente desta homenagem na Câmara dos Deputados.

Antes de passar a palavra ao Senador Romeu Tuma e, logo após, à Deputada Raquel, eu gostaria de dizer poucas palavras, saudando a todos os senhores das três Forças Armadas aqui presentes.

Faço uma saudação muito especial, como segunda Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, às mulheres que fazem parte das três Forças Armadas do nosso País. Ainda somos poucas, mas já temos uma representação significativa e, com certeza, a nossa participação far-se-á cada vez mais presente, com competência e com compromisso, junto a todos os homens que fazem parte das Forças Armadas do nosso País.

Faço uma saudação muito especial ao nosso querido Ministro, pelos dez anos do Ministério, saudando, em seu nome, todos os que já passaram por esse Ministério. Saúdo muito especialmente o seu trabalho, com compromisso e com competência, com compromisso político, não político-partidário, mas político com a causa que o senhor vem desempenhando nessa função. Quero saudar todos os senhores que estão à Mesa.

Como eu já havia anunciado a palavra ao Senador Romeu Tuma, pergunto ao nosso Senador Sérgio Zambiasi, que já chegou, se eu posso mantê-la.

Obrigada, Senador Zambiasi.

Com a palavra o nosso Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Serys Szheissenko, meus cumprimentos, pois sei que V. Ex^a se sente honrada em presidir essa cerimônia tão importante para o País.

Meu caro amigo, permita-me que assim o chame, Ministro Jobim, por conhecê-lo há tanto tempo e por participarmos de várias atividades em benefício da República brasileira, hoje V.Ex^a como Ministro da Defesa. Srs. comandantes das três Forças, as minhas efusivas saudações por essa dignidade e respeito à Pátria brasileira na unificação das Forças em defesa da soberania nacional, sempre presentes onde são chamadas, com respeito, dignidade e amor à Pátria, aprendidos nas escolas militares.

Eu tenho um pequeno histórico de como foi criado o Ministério da Defesa. Vem desde Getúlio, foi passando, e o Presidente Fernando Henrique, o último, instalou o Ministério da Defesa. Os que me antecederam já fizeram esse histórico, vou tentar ser rápido, assim o Senador Sérgio Zambiasi não xinga muito minha mãe.

Quando o deputado que me antecedeu gritou “selva!”, eu juro que me arrepiei inteirinho. Por quê? Porque várias vezes usei esse grito de cumprimento e também usado na hora de terminar uma missão naquela região, onde participei várias vezes com membros das Forças Armadas.

A Polícia Federal tinha, e tem ainda, a atividade de evitar determinados crimes que ocorrem nas regiões fronteiriças. E nós sabemos que a ameaça do crime organizado tem aumentado ao longo do tempo. E ela conta, invariavelmente, com o apoio das Forças Armadas.

O General Leônidas, quando Ministro do Exército – ainda não existia o Ministério da Defesa –, baixou uma norma segundo a qual se poderiam ceder armas de defesa de pequeno porte à Polícia Federal e apoio de membros do Exército nas operações principalmente de erradicação de epadu, dinamitação de pistas clandestinas e tantos outros fatos que ocorrem naquela região tão sagrada do País.

Além do ACISO, que foi referido aqui, a própria Marinha, com o navio médico, percorre as regiões mais inóspitas no atendimento médico da região, principalmente setores onde a malária avança quase incontrolavelmente. E a Marinha está presente, assim como membros do Exército e da Aeronáutica.

Ficamos num setor que era cuidado por freiras, ficamos hospedados naquela região mais próxima de Tabatinga. Lá fomos a um restaurante organizado por elas, que fizeram um almoço para todos os membros da operação.

Fomos com o pessoal da Aeronáutica, pois só o helicóptero podia se movimentar naquela região. Lá havia o símbolo da Aeronáutica. Não sabiam ainda cantar o Hino Nacional, mas sabiam o Hino da Aeronáutica. Por quê?

Porque eles sentiam a presença daquela força, permanentemente a serviço daqueles menos favorecidos, as comunidades indígenas, que não podiam ter nenhum atendimento pela distância entre a capital e o interior do Amazonas.

Certa vez, fui aos pelotões de fronteira. Aqui, V. Ex^a fala no Calha Norte, do Ministério da Defesa, das prioridades. Certa vez, na feitura do Orçamento, não havia verba para manutenção dos projetos do Calha Norte, nem para a recuperação de pistas para que se pudesse deslocar, porque o deslocamento se dá pelo ar ou pela água na Amazônia. E lá, formado o pelotão para apresentação àqueles que estavam em visita, dez idiomas indígenas foram falados em ordem unida. Então, a presença das comunidades indígenas na formação dos grupos militares que agem e preservam as fronteiras da Amazônia... Porque o Brasil não

é um país de agressão, de conquista, ele só se estabelece para defender o que a soberania determina e a legislação brasileira ordena dentro do seu ordenamento jurídico.

Então, temos várias passagens com as Forças Armadas. Essa distribuição que V. Ex^a faz aqui da estratégia nacional de defesa é um projeto que tem que vingar e correr para que realmente o Brasil possa ser garantido não só na sua soberania, mas na sua democracia, que hoje, com toda essa profunda angústia que se passa na Nação brasileira, nos Parlamentos, em outros segmentos, as Forças Armadas não estão indiferentes, estão respeitosas, obedecendo à ordem do que diz o mandamento jurídico brasileiro, mas em observação para que não percamos o que foi conquistado ao longo destes anos: a democracia e o respeito à cidadania brasileira.

Então, temos que agradecer profundamente, e até com certa dose de emoção, o que as Forças Armadas têm feito em defesa desta Pátria, e não só do solo brasileiro, mas da dignidade e do respeito ao cidadão, que espera que as Forças Armadas continuem vigilantes para que não haja desmoronamento do que foi conquistado ao longo dos últimos anos.

Uma coisa interessante: quando Delegado de Polícia, Chefe da Polícia Federal, também viajei com membros das Forças Armadas, Ministro, indo principalmente a clientes brasileiros de produtos brasileiros de defesa. Tínhamos uma indústria de primeira mão, que, após a guerra do Oriente, praticamente se desfez.

Quando o Senador Heráclito presidiu a Comissão de Relações Exteriores, propus – e foi criada – uma Subcomissão de reaparelhamento das Forças Armadas e investimento na indústria bélica, principalmente de defesa, não só para atender àquilo de que as Forças Armadas brasileiras necessitam, mas também voltada à exportação, que teve um bom sucesso durante largo período da Nação brasileira como um grande produtor de material bélico.

E, hoje, acho que temos que voltar a isso. V. Ex^a foi fazer uma exposição na Comissão de Relações Exteriores e fez questão de se referir à importância de restabelecer a indústria bélica brasileira. E ainda tenho acompanhado de perto, com algumas relatorias que me são designadas, os equipamentos de solidez das Forças Armadas, principalmente nas vigilâncias da Amazônia Azul, como a compra dos P3, que são aviões de observação e que vão patrulhar a região do mar brasileiro, que, hoje, ascende a mais de 200 milhas. E, com isso, teremos, sem dúvida nenhuma, capacidade de evitar que países estrangeiros, principalmente empresas de pesca, venham ao mar brasileiro e

acabem retirando o que é sagrado para a composição econômica do nosso País.

A luta pelo submarino, que atravessa anos... Visitei o estaleiro por mais de 15 anos. Em um acordo com a Universidade de São Paulo, tentam construir o navio nuclear brasileiro – desculpem, mas é que o núcleo central do cérebro começa a dar uma falhada depois da idade –, o submarino nuclear, tão importante para o desenvolvimento da tecnologia brasileira, que tem acompanhado a evolução nos centros de pesquisa.

Hoje, nós temos, além das universidades, que, às vezes, fazem convênios fortes com as Forças Armadas, os centros de pesquisas, que estão avançando, rapidamente, na tecnologia de que o Brasil precisa, não só para as Forças Armadas, mas para investimentos na área civil, para produzir os bens para os cidadãos. Então, nós temos de lutar para que isso seja restabelecido.

Sem dúvida nenhuma, a criação do Ministério da Defesa veio para unir essas logísticas naturais em cada uma das Forças, na busca do maior interesse de bem servir à Nação brasileira. Que Deus abençoe todos os senhores. Continuaremos sempre, aqui, deste lado, lutando para que os senhores tenham condições de trabalho e possam, sem dúvida nenhuma, vencer as dificuldades naturais que se apresentam, principalmente na questão orçamentária – e salarial também. Nós temos uma Medida Provisória pendurada aí, com o compromisso de ser, rapidamente, votada – quem sabe o mais rapidamente possível. O grande problema... Anteontem, eu lia nos jornais a força das instituições que fazem *lobby*. As Forças Armadas não fazem *lobby*. Fazem para melhorar sua administração, seu trabalho, levando Parlamentares a vários locais onde eles têm desenvolvimento tecnológico: Alcântara, Antártida e tantos outros locais onde há uma atividade intensa das Forças Armadas, inclusive no exterior. Quando eu vou à ONU, a coisa mais gostosa é conversar com os adidos militares que lá se encontram. Por quê? Porque eles têm uma noção exata do que acontece no mundo em matéria de defesa e em matéria de países que procuram a conquista como única virtude. E a gente volta de lá com um conhecimento profundo de tudo que ocorre no mundo e que possa ser útil nos nossos trabalhos dentro do Brasil.

Muito obrigado, senhores, por tudo que têm feito em benefício da nossa Pátria. Que Deus os abençoe! E permitam-me repetir: selva! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Romeu Tuma.

Nós estamos adotando o sistema de intercalar um Parlamentar do Senado e um da Câmara. Nós teríamos, agora, após o Senador Romeu Tuma, a Deputada

Raquel, que eu não estou visualizando. Então, sem a presença dela, nós passaríamos a palavra ao Senador Zambiasi e, logo após, seria a Deputada Raquel.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidenta, colega Senadora Serys Slhessarenko.

Sr. Senador Romeu Tuma, que agora assume a presidência dos trabalhos; Exmº Sr. Ministro da Defesa Nelson Jobim; Srs. Chefes das nossas gloriosas Forças Armadas, Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito; Comandante do Exército brasileiro, General-de-Exército Enzo Martins Peri; Comandante da Marinha do Brasil, Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto; nobres colegas parlamentares; ilustres convidados; senhoras e senhores presentes a esta sessão solene comemorativa dos dez anos do Ministério da Defesa, este é um momento de grande significado para o Brasil. Na construção de um modelo de democracia, chegamos ao final da primeira década do século XXI com um Ministério da Defesa consolidado. Focado em ações estratégicas, vem desenvolvendo iniciativas no sentido de garantir um futuro soberano e pacífico para a Nação brasileira, sem, todavia, subestimar a verdade contida na força do nosso Hino Nacional: “Se ergues da Justiça a clava forte, verás que um filho teu não foge à luta”.

Sr. Presidente Romeu Tuma, senhoras e senhores homenageados, em 1º de janeiro de 1999, o ex-Senador Elcio Alvares, nomeado Ministro Extraordinário da Defesa pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi o responsável pela implantação do órgão. Com efeito, em 10 de junho daquele ano, o Ministério da Defesa, unindo sob seu comando as Forças Armadas, foi oficialmente criado. Iniciava-se, assim, nova etapa na organização do Estado brasileiro e em seu processo de desenvolvimento.

Por intermédio da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, o Ministério da Defesa protege as fronteiras brasileiras, nosso espaço aéreo e marítimo; promove cidadania nos pontos mais remotos do Brasil; desenvolve ações educativas e humanitárias; estimula o conhecimento acadêmico e o desenvolvimento científico e tecnológico do nosso País, considerando tal conjunto de ações estratégico para a segurança e o desenvolvimento do Brasil.

O Ministério da Defesa tem sob seu comando uma vasta e diversificada gama de responsabilidades. Algumas de grande complexidade, como a elaboração de estratégicas, operações militares e o estabelecimento de políticas ligadas à defesa e à segurança do País – caso da Política de Defesa Nacional (PND).

Destaco, apenas para exemplificar, os trabalhos da Infraero, que administra 67 aeroportos, 80 unidades

de navegação aérea e 32 terminais de carga, mobilizando mais de 26 mil trabalhadores.

Outros destaques igualmente importantes, e, num contexto dramático de desigualdades sociais, até mesmo urgentes, são as ações humanitárias junto às populações mais carentes dentro e fora das nossas fronteiras, a exemplo da Missão de Paz no conflagrado Haiti ou do Projeto Rondon, que, agora, dia 1º de agosto, encerrou, na Universidade Federal da Paraíba, a denominada Operação Nordeste-Sul.

Aqui cabe um parêntese para cumprimentar os 816 bravos universitários que participaram dessa fase do Projeto, em 53 municípios de Estados do Norte, Centro-Oeste, Nordeste e Sul. A eles, o nosso reconhecimento pelos relevantes serviços prestados, com a coragem e a alegria próprias da juventude engajada.

Sr. Presidente Romeu Tuma, tanto na vastidão amazônica quanto na geografia recortada por vales, rios e montanhas em Santa Catarina; tanto nas fronteiras do norte quanto no extremo sul do Brasil – onde, atualmente, Ministro Jobim, enfrentamos a pandemia da gripe “A” – Marinha, Exército e Aeronáutica, sob o comando do Ministério da Defesa – sob seu comando, Ministro Jobim – dão importante apoio logístico, operacional e humanitário.

Ficará para sempre na nossa lembrança a ação firme, organizada e solidária do Exército junto às milhares de vítimas da última grande enchente em Santa Catarina. Incansáveis no resgate de pessoas em risco de vida, montaram hospitais de lona, mutirões de distribuição de remédios, alimentos e agasalhos; reabriram estradas, reergueram casas, levaram esperança e solidariedade a um povo tragicamente atingido.

Atualmente, no nosso amado Rio Grande, Ministro Jobim, Deputado Ibsen Pinheiro, estamos enfrentando a pandemia da gripe “A”, lamentavelmente com vários óbitos registrados e risco de agravamento da situação, tanto que o retorno às aulas foi adiado para o meio de agosto. Mais uma vez, o Exército atua sob o ordenamento do Ministério da Defesa em trabalhos de orientação e prevenção, de vigilância com relação a quem chega e sai pelas nossas fronteiras – e são dois mil quilômetros de fronteiras com o Uruguai e com a Argentina. Lá, esses representantes dão palestras em escolas nas dezenas de municípios de maior risco; lá, com sua presença, levam conforto e tranquilidade à população; e, por lá, devem permanecer por tempo indeterminado.

Retornando novamente à Amazônia, lembramos dos Navios de Assistência Hospitalar da Marinha, que são conhecidos como Navios da Esperança. Eles fazem as chamadas Operações de Assistência Hospitalar à População Ribeirinha (ASSHOP) e atendem com ações

de saúde as comunidades da Amazônia que não têm acesso a atendimento médico-hospitalar.

De um extremo a outro deste País continental, com suas frotas cada vez mais modernas, conhecimentos mais aprofundados, tecnologias sofisticadas e o desempenho de homens e mulheres forjados na disciplina e na honradez da carreira das armas, as Forças Armadas protegem e auxiliam o Estado brasileiro em situações de emergência, solidários que são igualmente com povos estrangeiros em situações adversas.

O Ministério da Defesa e as Forças Armadas também utilizam a educação e o esporte para incluir crianças e jovens de baixa renda no processo social, sendo que, desde 2003, já atenderam mais de 10 mil crianças.

Quero destacar aqui o programa desenvolvido há muitos anos, Comandante Juniti, pelo Quinto Comando Aéreo Regional, na cidade de Canoas, ali, na região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Intitulado Pelotão Santos Dumont, o programa atende dezenas de adolescentes em situações de risco e vulnerabilidade social, proporcionando reforço escolar, alimentação e esporte, orientando crianças e adolescentes com firmes noções de espírito de equipe, disciplina e responsabilidade cidadã.

Não é preciso dizer que o índice de repetência escolar é zero e o de criminalidade também. Ao vê-los marchando em solenidade no último dia 20, diante do alto comando do V Comar, enquanto dois caças rasgavam os céus do paralelo 30, comprehendi realmente o conceito absoluto de dignidade.

Naquela oportunidade, tivemos a satisfação de conferir também a postura contemporânea do V Comar no reconhecimento de seus melhores oficiais, independentemente de gênero, ao outorgar sua máxima distinção – a Medalha Santos Dumont – à integrante da primeira turma de mulheres oficiais da história da Aeronáutica Brasileira, Tenente Coronel Susana Beck Valdívia, pelos relevantes serviços prestados à Força Aérea Brasileira.

Retornando ao lado de cima da linha do Equador, há outro programa digno de nota, que é o Calha Norte (PCN), que vem contribuindo para com a soberania na Amazônia e a promoção do seu desenvolvimento ordenado. Abrange 194 municípios, 95 dos quais ao longo da Faixa de Fronteira, nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, numa área que corresponde a 32% do território nacional onde habitam cerca de oito milhões de pessoas.

O programa tem, entre suas prioridades, a vigilância das nossas fronteiras contra práticas ilícitas, bem como proteção e assistência à população, buscando fixá-las na região amazônica.

Entre tantas missões do Ministério da Defesa, que está completando uma década, é importante destacar que, desde o final do ano passado, o Brasil dispõe de uma política nacional e de Estado para a defesa do País. É a Estratégia Nacional de Defesa, que, integrada à política nacional de desenvolvimento, prioriza o estímulo à indústria da defesa e o fomento à pesquisa tecnológica em três setores prioritários: o espacial, o cibernético e o nuclear.

Projetar e fabricar satélites e seus veículos lançadores; capacitações cibernéticas e alta tecnologia de comunicação entre todos os contingentes das Forças Armadas; o uso de energia nuclear em amplo espectro e a construção do submarino com propulsão nuclear, desenvolvido pela Marinha brasileira, são algumas das prioridades elencadas na Estratégia Nacional de Defesa.

Senhoras e senhores, assim é que as contribuições do Ministério da Defesa para o desenvolvimento nacional, em apenas uma década de existência, são inúmeras. Em reconhecimento a sua trajetória tão recente quanto rica, cumprimento, com especial respeito e admiração, o Ministro da Pasta, Nelson Jobim. Bravo gaúcho, nascido no coração do Rio Grande do Sul, no Município de Santa Maria da Boca do Monte, terra de gente aguerrida que luta e é vencedora. Aliás, o nosso Rio Grande orgulha-se por contribuir com nomes que honram a vida política brasileira, desde, entre outros, Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola, o ex-Ministro e Senador Paulo Brossard de Souza Pinto e o nosso mestre e verdadeiro titã na luta pela moral e ética públicas, que é o Senador Pedro Simon.

Abraçando-o fraternalmente, caro amigo, ilustre Ministro Jobim – cujos serviços prestados à Pátria remontam a sua juventude –, saúdo a todos os membros, funcionários e colaboradores do Ministério da Defesa, hoje comemorando 10 anos de existência.

Concluo minhas palavras com o mais sincero desejo de que esta instituição permaneça escrevendo importantes páginas na construção da democracia brasileira, com a qual sonhamos e pela qual perseveramos na luta, respeitando e se fazendo respeitar na multiplicidade das nossas manifestações culturais, na soberania de nossas decisões políticas, na defesa do nosso vasto território, na nossa histórica vocação pela paz.

Muito obrigado.
(Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Sérgio Zamiasi, a Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Ibsen Pinheiro, pela Liderança do PMDB.

O SR. IBSEN PINHEIRO (PMDB – RS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Romeu Tuma, digno Presidente dos nossos trabalhos; Sr. Ministro da Defesa Nelson Jobim; Srs. Comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica; Srs. Oficiais que nos visitam; Srªs e Srs. Congressistas, Deputados e Senadores; minhas senhoras e meus senhores, falo em nome do PMDB numa sessão repleta de simbolismos. Meu Partido faz parte desse simbolismo. Fiz questão de estar nesta sessão e invoquei a Liderança do meu Partido para essa representação, porque queria marcar o simbolismo deste momento que vivemos.

Ministro Nelson Jobim, V. Ex^a tem muito a ver com este momento, não apenas pelo posto que ocupa – já seria suficiente –, mas pela contribuição decisiva que confere ao seu desempenho na formulação de uma política de defesa nacional, algo que hoje percebemos, com grande clareza, transcende os aspectos técnicos, supera os aspectos econômicos, invade os aspectos culturais do ambiente nacional. E o simbolismo desta sessão, em que os fardamentos das cores variadas das nossas Forças se misturam aos paisanos e às paisanas que aqui representam o povo, é um simbolismo que deve recordar os antecessores de V. Ex^a, que deve, necessariamente, registrar uma homenagem ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que teve a iniciativa da instituição do Ministério da Defesa como unificador de uma política de defesa nacional. Uma homenagem não pelo posto que ocupa, já por si bastante, mas por sua atuação nessa área e nessas definições ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Mas este simbolismo não estaria completo se não lembrasse, especialmente pelo meu Partido, o PMDB, os atos que aqui ocorreram há quase 25 anos – há 24 anos precisamente – neste plenário, num momento de um simbolismo especial, quando, eu diria, a Nação passava a reencontrar-se, a redefinir-se, a restabelecer níveis de convivência absolutamente indispensáveis para que pudesse agir como Nação.

Não é por acaso, Ministro Jobim, que V. Ex^a, um quadro político naquilo que a expressão política tem de mais rico, que V. Ex^a, como quadro político, seja o condutor de uma atividade essencialmente política, que é a capacidade de definir diversas disciplinas que consubstanciam um projeto de defesa nacional.

Com alguma ironia, mas alguma dose de verdade, Clemenceau disse que as questões militares transcendem o ambiente militar. É também um grave erro supor que política é assunto para os políticos. Nada é mais político do que um tema complexo. E nada é

mais complexo do que um tema que envolve tantas disciplinas, tantas instituições que definem a própria Nação brasileira.

Por isso, Ministro Nelson Jobim, quando temos ouvido V. Ex^a, lido o trabalho produzido pelo Ministério da Defesa, percebemos que o nosso País chegou a um grau de maturidade na definição do seu projeto de defesa nacional que hoje sintetiza o verdadeiro espírito da defesa nacional que estamos formulando como País. Precisamos defender o nosso território do ponto de vista físico; precisamos defender o nosso País do ponto de vista econômico; e precisamos defendê-lo do ponto de vista cultural.

Quero dizer aos senhores que, na minha avaliação, elenquei os universos em ordem crescente de dificuldade. Com todos os imensos problemas que a defesa física do espaço nacional implica, ela ainda é singela se comparadas essas dificuldade com aquelas que se acrescentam no plano econômico e no plano cultural. No plano físico, temos oito milhões de quilômetros quadrados, hoje acrescidos do espaço do nosso interesse econômico e também soberano, em parte, sobre as águas do Atlântico, elevando a um espaço de 17 milhões de quilômetros quadrados, com oito mil quilômetros de litoral, 17 mil quilômetros de fronteiras. A proteção física deste espaço não é tarefa pequena. Mas atrevo-me a dizer que é singela perto das outras duas. Porque, no plano físico, passou o tempo em que a soberania era ameaçada por desembarques na costa, fosse Villegagnon, no século XVI, ou os marines que frequentavam o Caribe, ainda no século passado. Passou o tempo das pressões físicas sobre as fronteiras. Os riscos para os projetos soberanos de desenvolvimento têm outra natureza hoje: basicamente à econômica e, essencialmente, no plano cultural.

Diria que, no plano físico, contamos não apenas com os contingentes ideologicamente definidos com a identificação com a Pátria – os contingentes militares; contamos também com a consciência da necessidade de equipar esses contingentes para que tenhamos o controle do espaço, para que tenhamos a presença onde seja necessário e, para isso, a mobilidade respectiva.

Esse é um problema técnico para o qual, não tenho dúvida, sob a liderança de Jobim, e a presença construtiva dos Oficiais das nossas Forças, encontraremos as soluções compatíveis com as nossas possibilidades econômicas.

No plano econômico, tenho certeza que avançamos muito. Temos uma presença internacional, hoje, muito mais perceptível lá fora do que aqui dentro. Ainda aqui se cultiva – permitam-me – não uma certa amargura, mas um certo tom corrosivo; ainda se pratica entre

nós um certo terceiro-mundismo, onde não mais nos encontramos, onde não mais temos um peso que nos puxa para baixo. Ao contrário, temos hoje um protagonismo mundial que não decorre de atos de vontade, embora ele contemple também atos de vontade; decorre da construção que nosso País, a despeito das dificuldades, tem alcançado.

Quero insistir que é no plano cultural ou no plano ideológico, ou no plano das idéias que encontramos os maiores riscos a um projeto de defesa nacional orgânico e integral. Lamentavelmente, praticam-se nos setores que controlam a economia, os ditos “países centrais”, uma ideia não mais de manter no atraso os países periféricos, mas de condená-los a um desenvolvimento subordinado. Esse é que é o risco realmente estabelecido e que se opõe a um projeto de defesa nacional orgânico e íntegro.

Vejo, lamentavelmente, com frequência, pessoas que defendem uma espécie de colonialismo mental que atribui ao nosso País um papel subordinado. E vejo, com tristeza, alguns que defendem a preservação da Amazônia como se fosse a preservação de um jardim botânico para deleite de visitantes, esquecendo-se da necessidade de um projeto integrado de desenvolvimento que preserve a Amazônia e os homens e mulheres que lá vivem e que desenvolvam um projeto pelo qual manter a árvore em pé seja um meio de vida para os povos da Amazônia e não uma preservação para deleite de visitantes estrangeiros.

Vejo a necessidade – e vejo crescentemente –, Ministro Jobim, no Ministério da Defesa, no interior das Forças Armadas, a percepção de que essa batalha, no plano cultural, no plano intelectual, no plano ideológico, nós temos que travá-la para a construção de um projeto nacional que envolva todo o conjunto das circunstâncias, desde o equipamento das Forças Armadas, desde as dotações orçamentárias adequadas, desde a presença do nosso País nos conselhos mundiais, mas sobretudo pela definição de um projeto de desenvolvimento nacional que seja soberano; não apenas pela defesa física do território, tarefa que temos cumprido há cinco séculos, desde a defesa das nossas prerrogativas na competição mundial, no plano econômico, mas sobretudo a defesa de um projeto nacional soberano para que nós desenvolvemos no nosso País o modelo da preservação ambiental compatível com o interesse da sobrevivência e do progresso social e econômico do povo brasileiro.

Esse simbolismo começou há 24 anos. É bom lembrar que, naquela manhã de 1985, sob a liderança de Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, reuniu-se nesta Casa o Colégio Eleitoral que fundaria a Nova República. E é de justiça histórica, especialmente de

justiça histórica, registrar também a presença nessa construção e o papel desenvolvido a seguir pelo Presidente José Sarney.

Esse homem – Ulysses, Tancredo, Sarney – simbolizam, Ministro Nelson Jobim, senhoras e senhores, a construção que estamos fazendo em nosso País, envolvendo os diversos planos da nossa atividade, na percepção de que esta conjugação é que está produzindo a presença nacional em todos os conselhos internacionais, com uma voz clara, com uma voz que o mundo percebe, com uma voz que encontra eco no sentimento do seu próprio povo e, por isso, chega aos conselhos internacionais com a autoridade de quem conhece o seu papel e aspira a papel crescente no plano mundial.

Esta Casa é parte disso. Esta Casa é uma fortaleza de vidros, não por sua fragilidade, mas por sua transparência. Nós não precisamos – permito-me este breve registro em defesa desta instituição – que inventem defeitos nela. Eles existem. E como esta é uma fortaleza de vidros, eles são visíveis, como nem sempre são visíveis os vícios de todas as instituições. Mas esta Casa tem na sua vulnerabilidade a sua força. Este é o teatro das transformações.

Não foi um acórdão judicial que extinguiu a escravidão em nosso País. E já a Constituição de 1824 dizia que todos eram iguais perante a lei. Já havia um princípio que, se alguém quisesse, podia invocar numa ação judicial. Não foi uma decisão judicial. Foi aqui nesta Casa que se aprovou a Lei Áurea. Como foi aqui que se deu a Crise da Abdicação, em 1831, a Crise da Maioridade, em 1840, não sob este teto, mas nesta instituição, fosse no Palácio Tiradentes ou na velha Casa da Cadeia, no Rio de Janeiro, foi esta Casa. Não apesar dos seus defeitos, por causa deles, porque esta é a Casa da representação integral do povo brasileiro. Aqui estão aqueles que têm dificuldade, às vezes, de compreender uma regência verbal, mas não têm dificuldade de interpretar o sentimento dominante do povo brasileiro. Então, na sua variedade, esta Casa tem a sua vulnerabilidade, mas ela tem também a sua força nesta vulnerabilidade.

Eu não tenho dúvida em afirmar a V. Ex^{as}s que esta Casa sofre muito mais pelas virtudes desta representação do que pelos vícios que, eventualmente, seus integrantes possam praticar.

Nesta hora, eu gostaria de, numa sessão tão simbólica, que o PMDB, que contribuiu decisivamente para este simbolismo tornar-se real, pudesse estar aqui, numa confraternização com a representação integral das Forças Armadas Brasileiras.

Com a chefia civil de um quadro político da estrutura de V. Ex^a, Ministro Nelson Jobim, que possamos

dizer que somos otimistas, que não apenas acreditamos em nosso País pelas belezas naturais que nosso Hino decanta, mas pela capacidade que tivemos de construir um país multirracial, herdeiros que somos da colonização lusitana, que nos transmitiu os fundamentos do estado português fundado lá no século XIII. Duzentos anos antes da Espanha, quinhentos anos antes da Itália, quatrocentos anos antes da França, quatrocentos anos antes da Alemanha, Portugal gestou o seu estado nacional, que transferiu ao nosso País, e com ele uma herança cultural que inclui um estado multirracial.

Inquieta-me ver como hoje se desenvolve, a pretexto de se resgatar velhas dívidas, como se elas tivessem credores e devedores e não fosse toda ela uma dívida nacional ou um crédito nacional, a reinserção de critérios discriminatórios a pretexto de compensações passadas. Vejo, lamentavelmente, que se transforma a questão indígena em nosso País em uma questão residual de preservação de setores da vida nacional, como se se pretendesse a intocabilidade, a intangibilidade.

Sou autor de um projeto, permitam-me registrar, em coautoria com o Deputado Aldo Rebelo, que traz para esta Casa, o Congresso Nacional, a definição e a demarcação das reservas indígenas. Reconheço a complexidade do tema, mas não vejo outro foro que não seja este para definir qual é a política de integração de todos os brasileiros nesta mescla construída com tanto talento, que é o povo multiracial do nosso País.

Tudo isso, Ministro Jobim, é defesa nacional. E eu não falaria nos aspectos técnicos aos especialistas, que são os militares, mas quis falar dos aspectos políticos, porque nada é mais integral, nada é mais geral, nada é mais ecumônico, nada é mais universal do que a visão política de um problema, especialmente se for complexo.

Então o décimo aniversário do Ministério da Defesa é um momento de lembrar aqueles que construíram esta convivência e de registrar, por isso, a nossa homenagem aos titulares do posto que hoje V. Ex^a ocupa, Ministro Nelson Jobim; nossa homenagem aos comandantes das três Forças; nossa homenagem a todos os integrantes das Forças Armadas; e, sobretudo, nossa homenagem a um momento que o nosso País tem construído e está construindo, de convivência no conflito das idéias, das posições, dos interesses até, mas na conjugação de uma visão de um País íntegro, herdeiro de uma tradição cinco vezes secular, de convivência na diversidade, porque nada é mais poderoso instrumento para a defesa nacional do que a presença do povo brasileiro no território nacional, com todas as

características dessa mescla multiracial, que tanto nos orgulha.

Muito obrigado, Ministro Jobim.

Srs. Comandantes das Forças Armadas, muito obrigado pela oportunidade que conferem ao Congresso nacional, pelas suas duas Casas, neste momento de convivência, de confraternização e também de festividade.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Concedo a palavra à nobre Deputada Professora Raquel Teixeira, pela Liderança do PSDB. Em seguida, ao Deputado José Genoíno.

A SRA. PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA (PSDB – GO. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Muito bom dia a todos.

Senador Romeu Tuma, Ministro Nelson Jobim, Srs. Comandantes da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, Srs. Oficiais aqui presentes, colegas Parlamentares, Deputados e Senadores, antes de iniciar, quero cumprimentar o Deputado Ibsen Pinheiro e agradecer a aula que sua experiência e sua sabedoria nos deram em sua fala. Parabéns, Deputado.

Sinto-me honrada de representar o PSDB nesta sessão solene conjunta em homenagem aos 10 anos do Ministério da Defesa, corporificado em 10 de junho de 1999, depois que estudos efetuados entre 1995 e 1996, já no governo Fernando Henrique, mostraram que, entre 179 países, apenas 23 não possuíam forças armadas integradas em um único ministério. Desses 23 países, apenas três, entre eles o Brasil, possuíam dimensões políticas, extensão territorial e treinamento e estruturação de suas forças armadas, para justificar a criação de um Ministério da Defesa.

Na verdade, a discussão sobre a criação de um Ministério da Defesa – integrando Marinha, Exército e Aeronáutica – já ocorria desde meados do século XX. A Constituição de 1946 preconizava a criação de um ministério único, e o Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, ele mesmo, com vasta experiência de militar, e de militar combatente, defendia também a tese da criação de um Ministério da Defesa. Por diversas razões, a proposta foi abandonada.

Anos depois, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, foi retomada a discussão para a criação do ministério que teria como objetivo primordial otimizar o sistema de defesa nacional, formalizar uma política de defesa sustentável e integrar as três Forças, racionalizando suas atividades.

Criado, em seu primeiro governo, um grupo de trabalho interministerial e definidas as diretrizes para

implantação do Ministério da Defesa, assim que foi reeleito, o Presidente Fernando Henrique nomeou o Senador Elcio Alvares Ministro Extraordinário da Defesa, em 1^a janeiro de 1999.

O Senador foi o responsável pela implantação do órgão, que, desde o dia 10 de junho de 1999, teve seis Ministros, que, apesar de já terem sido nominados, gostaria de mencionar: Elcio Alvares, Geraldo Magela de Cruz Quintão, José Viegas Filho, José Alencar, Waldir Pires, e o atual, Nelson Jobim.

Gerenciando a política de defesa nacional, o Ministério tem sob sua responsabilidade não apenas a coordenação das atividades da força terrestre, da força marítima e da força aérea, mas também assuntos dizem respeito à anistia, à aviação civil, à cartografia e aerolevantamento, à ciência e tecnologia aplicadas ao uso militar, ao acompanhamento da indústria da defesa, a missões de paz de que o Brasil participa, à mobilização militar, ao serviço militar, entre outros. Além disso, tem sob sua jurisdição a Agência Nacional de Aviação Civil, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, a Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa, o Hospital das Forças Armadas e a Escola Superior de Guerra.

Não é pequeno o leque de atribuições do Ministério da Defesa. E não é simples planejar a Defesa de um País como o Brasil, caracterizado por um perfil ao mesmo tempo continental e marítimo, equatorial, tropical e subtropical, de longa fronteira terrestre com a quase totalidade dos países sul-americanos e de extenso litoral e águas jurisdicionais.

E mais desafiador ainda é administrar a defesa de um país, quando o mundo vive desafios tão complexos como os de hoje. O fim da Guerra Fria reduziu o grau de previsibilidade das relações internacionais, e, embora seja pouco provável um conflito generalizado, renovaram-se no mundo os conflitos de caráter étnico e religioso, a exacerbação do nacionalismo e a fragmentação de Estados, com o vigor capaz de ameaçar a ordem mundial.

Eliminado o confronto ideológico bipolar, este século poderá ver intensificadas as disputas por áreas marítimas, pelo domínio aerespacial e por fontes de água doce e de energia, cada vez mais escassas. Vale lembrar, ainda, como desafios na área da defesa, regiões estratégicas como a Amazônia e o Atlântico Sul. Com seu enorme potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, a Amazônia brasileira é foco permanente de atenção internacional.

Uma Política de Defesa Nacional se apóia, basicamente, nos conceitos de defesa e de segurança, que juntos oferecem um conjunto de medidas e de ações do Estado para a defesa do território, da soberania

e dos interesses nacionais. O que verificamos hoje é que o conceito de segurança foi ampliado, abrangendo os campos político, militar, social, ambiental e outros. Seja focada no indivíduo, na sociedade ou no Estado, a segurança é a condição em que o Estado, a sociedade ou o indivíduo não se sentem expostos a riscos ou ameaças. A defesa é a ação efetiva, para se obter o grau de segurança desejado. Mas isso não pode ser tarefa de apenas um Ministério. São questões essenciais para o conjunto da sociedade, para todo o povo brasileiro.

E este povo, em sua imensa maioria, repele a violência, o terrorismo, a ameaça destruidora das drogas, e quer construir a paz.

Antes de encerrar, quero ousar um pouquinho e aproveitar os dez anos do Ministério da Defesa para algumas considerações pessoais, talvez exteriorizando um sentimento de quem foi estudante nos anos 60, professora universitária nos anos 70, 80 e 90 e nos últimos anos ter criado fortes laços de amizade com alguns grandes militares.

Se a Defesa, em seu sentido moderno, é tarefa da sociedade, qual tem sido o papel da sociedade acadêmica, de onde venho, na discussão desse tema e na formação de especialistas em Defesa Nacional? Pelo que sei, mínimo ou nenhum. Por que não temos especialistas no meio acadêmico? Acho que ainda pesam muitos aspectos ideológicos de traumas de golpes e revoluções que, em nosso País, tiveram a participação de militares. A própria criação do Ministério da Defesa teve para alguns a concepção de que era preciso colocar o poder civil para “dominar” o militar. Não foi naturalmente o espírito de quem o concebeu, mas assim foi visto por parte significativa da sociedade.

O Sr. Luiz Carlos Hauly (PSDB – PR) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA (PSDB – GO) - Pois não, Deputado Hauly.

O Sr. Luiz Carlos Hauly (PSDB – PR) – Obrigado pela gentileza. Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Parlamentares, Exmº Ministro, Srs. Generais, Comandantes das Armas, como ex-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, anteriormente, da Comissão de Defesa Nacional, como membro deste Parlamento que participou de toda essa discussão ao longo dos anos, até a implantação do Ministério da Defesa, eu não poderia perder a oportunidade de fazer um aparte e de congratular-me com as Forças Armadas brasileiras e com o poder civil neste momento de comemoração dos dez anos. A democracia está consolidada, é uma realidade no nosso País, mas temos de estar permanentemente atentos a qualquer situação. Por isso, a democracia brasileira se fortifica

e se consolida ao lado da consolidação da estabilidade econômica, o bem-estar da população. Têm de andar os dois juntos, a democracia e o bem-estar da população, através da estabilidade, do crescimento, do progresso, do desenvolvimento, dos direitos sociais, da garantia do Estado de Direito, do direito de propriedade, fazendo com que, realmente, o poder militar e o poder civil caminhem juntos. Por isso, neste momento, eu não poderia, nossa líder do PSDB, do nosso Partido, que tem tudo a ver com o que está acontecendo aqui nesta cerimônia de hoje... Parabéns ao Ministério da Defesa, às Forças Armadas brasileiras, às três Armas. Realmente, este é um momento de comemoração, porque o Brasil cresce e crescerá muito mais nos anos vindouros. Acredito que, passado esse processo, teremos em vinte anos uma das maiores nações do Planeta Terra. Muito obrigado.

A SRA. PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA
(PSDB – GO) – Muito obrigada, Deputado Hauly. As suas palavras reforçam o espírito do que eu vinha construindo.

Acho que se queremos construir para nós a sociedade justa, equânime, diversificada e respeitosa com a qual sonhamos, é preciso entender que militares e civis são parte da mesma sociedade e que à Academia, também parte desta sociedade, cabe a tarefa de buscar caminhos para a modernização do País, inclusive em seus conceitos de Defesa.

O mundo do século XXI é extremamente complexo e requer especialistas, civis e militares, nos novos desafios que terão que ser enfrentados.

Militares, especialmente bombeiros, aparecem sempre, junto com a Igreja, como as instituições de maior credibilidade junto à sociedade. O Brasil não pode ficar de olho no retrovisor. Tem que olhar o futuro e acho que está na hora de superarmos alguns traumas e pensarmos em um projeto educacional de Defesa Nacional, para juntos, civis e militares, levarmos o País ao desenvolvimento e prosperidade que lhe estão reservados.

O respeito às regras democráticas e a visão moderna do papel que deve ser hoje desempenhado pela Defesa deve ser a tônica desta comemoração. Cumprimento o Ministro Nélson Jobim, ao mesmo tempo sereno e firme na gestão à frente do Ministério da Defesa. Cumprimento os Comandantes das três Forças – Marinha, Exército e Aeronáutica – estendendo meus cumprimentos a toda família militar, e registro o orgulho do PSDB pelo transcurso do décimo aniversário de criação deste importante Ministério.

Parabéns e obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoino, pela Liderança do PT.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Ministro Nelson Jobim, Comandantes Militares, Almirante Moura Neto, General Enzo, Brigadeiro Saito, oficiais das três Forças, senhoras e senhores, meus colegas parlamentares, esta é uma sessão importante porque nós estamos falando dos dez anos do Ministério da Defesa e temos o que apresentar nesses dez anos.

Primeiramente, Ministro Nelson Jobim, como amigo, como parceiro político e como defensor de Governo, quero elogiar o trabalho de V. Ex^a porque, ao falar do Ministério da Defesa, nós temos hoje a sistematização da Estratégia Nacional de Defesa. E V. Ex^a teve um papel fundamental na elaboração e na organização desse importante documento em conjunto com as lideranças e com os comandantes militares.

Também desejo destacar a importância do trabalho de V. Ex^a em projetar o Ministério da Defesa, do ponto de vista político e do ponto de vista militar, e a lucidez V. Ex^a ao enfrentar assuntos históricos polêmicos, com a sensatez de trabalhar com a perspectiva do futuro, com a perspectiva daquilo que V. Ex^a sempre diz: "o para-brisa"; assuntos que V. Ex^a. conduz com maestria, com firmeza e com coragem. Portanto, eu queria manifestar esse total e integral apoio à direção do Ministério da Defesa sob o comando político de V. Ex^a.

O Ministério da Defesa é importante porque, na Estratégia Nacional de Defesa, nós colocamos os elementos fundamentais que, de um lado, garantem o cumprimento eficaz do papel das Forças Armadas, do ponto de vista da base que é a Constituição, e, por outro lado, nós vislumbramos um futuro em que pensar a soberania e a defesa é hoje pensar a diminuição de vulnerabilidades.

Falar em defesa, falar em soberania é diminuir vulnerabilidades. O próprio conceito de guerra e de defesa envolve conceitos complexos e mudanças importantes que se operaram no mundo. E o documento elaborado e coordenado por V. Ex^a dá conta dessa questão ao colocar o emprego das Forças Armadas em torno de questões-chave que, além da defesa daquilo que muito bem colocou o Deputado Ibsen Pinheiro, coloca essa defesa de maneira atualizada.

E aí, Deputado Ibsen Pinheiro, além da economia, da cultura, nós temos que incluir um terceiro elemento: a ciência e a tecnologia. Porque se a Defesa não tiver acesso à ciência e à tecnologia, a certos nichos com autonomia, essa Defesa, no mundo hoje, que podemos falar multipolar, tem uma capacidade muito grande de

diminuir vulnerabilidades, e o mundo discute essas vulnerabilidades.

E o documento de Estratégia Nacional de Defesa abre uma perspectiva importante. Assim V. Ex^a, nesse documento, com o respaldo, com a concordância e com a participação das lideranças militares, estabelece, ao lado da presença das Forças Armadas no território nacional, projetou, seja em ações concretas, seja na definição do documento, a presença das Forças Armadas no cenário internacional, com as missões de paz e missões humanitárias. E tem sido algo muito importante, inclusive agora, recentemente, no episódio da chamada gripe suína e nas enchentes.

Essa presença que identifica as Forças Armadas, desde o serviço militar obrigatório – que nós temos de defender – até os elementos de ponta do acesso à tecnologia, compõe um sistema complexo de defesa. E esse sistema complexo de defesa envolve necessariamente o que nós temos discutido, que é a capacitação do País para a indústria de defesa, o acesso, nas relações internacionais, à transferência de tecnologia, seja nos projetos ou nas compras. E nós estamos falando de algo muito importante, porque é esse acesso que dá condições a construir a autonomia e a capacitação das Forças Armadas.

As Forças Armadas têm uma capacidade fantástica! E nós podemos lembrar aqui o prestígio, a eficiência e até o heroísmo dos oficiais brasileiros, particularmente da Aeronáutica e da Marinha, no episódio do vôo 447. E demos lições ao mundo. E alguns setores até não compreenderam como aquela dedicação estava se expressando. Se nós aliarmos essa dedicação e esse patriotismo ao acesso à tecnologia, eu considero que o Brasil viabilizará uma estratégia de defesa em que o elemento central é a dissuasão.

E nessa concepção, Ministro Nelson Jobim, eu não poderia deixar de falar num assunto, aqui, dos dias de hoje. Nós estamos falando da Amazônia. E foi muito importante a criação da Unasul e do Conselho Sul-americano de defesa. E, ao falar da Amazônia, o Brasil tem um papel protagonista nessa região da América do Sul. Por isso, nós estamos apreensivos e preocupados neste processo de integração sul-americana, que tem como palco central a Amazônia, a instalação de bases militares com algum tipo de profundidade, que não é apenas de combate ao narcotráfico na Colômbia e na região amazônica. Isso preocupa, porque nós aprendemos que hoje economia, defesa e diplomacia devem andar juntas. Nem sempre andaram juntas, e agora têm que andar juntas, porque são fundamentais, seja na projeção de poder, seja nas negociações internacionais, seja na capacitação do Brasil.

Por isso, nesses dez anos da criação do Ministério da Defesa... Eu vivi toda essa experiência da criação do Ministério da Defesa como Oposição no Governo que o criou, Fernando Henrique Cardoso; e agora, como Deputado de Governo, trabalho – e o meu Governo trabalha – para fortalecer as Forças Armadas. Nós temos o compromisso de garantir e aprovar, ainda este ano, a legislação necessária para viabilizar a Estratégia Nacional de Defesa.

Em segundo lugar, o compromisso de que os projetos militares estratégicos que exigem continuidade e durabilidade no tempo não podem sofrer contingenciamento ano a ano. Projeto na área de comunicação, projeto na área nuclear, projeto na área espacial, nós não podemos ficar dependendo ano a ano; nós temos de ter uma previsão de durabilidade para garantir a viabilidade desses projetos estratégicos, porque eles têm, pela sua natureza, um desenvolvimento, uma maturação e uma acumulação processual.

Nesses dez anos, ao fazer essa homenagem ao Ministério da Defesa, nós estendemos essa homenagem a todos os integrantes das Forças Armadas.

As Forças Armadas brasileiras, em momentos delicados e difíceis do País, têm dado demonstração – digo isso aos comandantes militares, aos comandantes com quem convivi, inclusive quando estava na Oposição, aos Ministros da Defesa – de consciência, de maturidade, de serenidade para compreender que as Forças Armadas são parte integrante, fundamental e necessária, de um projeto de Nação.

Em um país soberano, em um país solidário socialmente, em um país economicamente forte e em um país com a dimensão do Brasil, que tem acesso à alta tecnologia, as Forças Armadas são parte essencial desse projeto de Nação. E nós estamos lutando para viabilizar esse projeto de Nação. É um caminho complexo, às vezes é caminhar no fio da navalha, às vezes há recuos, às vezes há erros, às vezes há avanços, mas esse projeto é fundamental para que o Brasil se coloque corretamente como um país capaz de influenciar a pauta pós-queda do muro.

Há vinte anos, Ministro Jobim, aqui neste plenário, falávamos da queda do muro de Berlim. Vinte anos depois caiu o muro de Wall Street, e o mundo se redefine com novos paradigmas, com novos referenciais. E a ideia da Nação, do Estado Nacional, do multilateralismo, da paz, de relações tolerantes no mundo são pressupostos fundamentais. E o Brasil tem uma grande contribuição a dar, e a contribuição do nosso País não é apenas nas relações econômicas e financeiras, nas relações diplomáticas e na troca de competência e gentileza nas relações; é também na capacidade de força, e força os senhores e as senhoras sabem muito

bem que a gente tem, e é bom não usar. É como ter um seguro, que é bom ter e é bom não usar, mas é importante saber que se tem um seguro. E as Forças Armadas constituem esse elemento-chave.

Por isso é que nós, do Congresso Nacional, da Frente Parlamentar da Defesa, da Comissão de Defesa da Amazônia, temos que buscar dentro do Congresso Nacional essa agenda comum.

E, para concluir, quero dizer que um dos grandes objetivos alcançados que nós temos de colocar aqui, no Ministério da Defesa, com a presença do Ministro Nelson Jobim, foi colocar a defesa nacional como parte fundamental da agenda do País. A defesa nacional está definitivamente cravada como prioridade na agenda do País.

Vamos ao trabalho! Temos muita coisa pela frente, para aprovar, para construir e para avançar, nesta cultura de pensar o projeto nacional que tem nas Forças Armadas um elemento fundamental. Esse elemento é simbólico, é físico, mas os senhores sabem melhor do que eu: ele se materializa em capacidade, com força, com eficiência.

Parabéns por esses dez anos do Ministério da Defesa e parabéns às Forças Armadas.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Convidado para fazer uso da palavra o ilustre Senador Marcelo Crivella, pelo PRB.

Em seguida, o Deputado Francisco Rodrigues, do DEM.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Romeu Tuma, que preside esta sessão, Exmº Sr. Ministro da Defesa Nelson Jobim; Senhores Comandantes; Édio, nosso companheiro; demais autoridades, oficiais, praças, alunos, senhores telespectadores da TV Câmara, senhores ouvintes da Rádio Câmara, eu não vou ser fastidioso aqui de ler um discurso longo que foi preparado pela minha assessoria, mas eu gostaria de fazer um arrazoado, nessas épocas de brados. E, às vezes, os brados vencem as razões. No julgamento de Cristo, venceram.

Mas eu queria pensar sobre este grande País que todos nós, Deputado Ibsen, queremos construir e temos o dever de fazê-lo.

O Ministério da Defesa plasma as esperanças do povo brasileiro da maneira mais cívica e mais majestosa na construção desta grande Nação. Seu principal papel é defender o Brasil, o Estado democrático de direito e as nossas instituições. Mas para isso é preciso poder. E o que é poder?

Não digo aquele poder que Cristo anunciou do Reino de Deus, em que a inspiração do Espírito Santo faz com que as coisas aconteçam do nada, mas digo o poder entre os homens. Creio que sempre foi e sempre será definido por um trinômio de armas, dinheiro e idéias, senão vejamos: uma ilha inexpressiva, refiro-me à Grã-Bretanha, descobre que tem carvão e minério-de-ferro nas suas imediações e fazem a pesquisa de metalurgia do aço. E eles começam a desenvolver o seu poder no setor de armas – encorajados, canhões leves – em uma velocidade extraordinária. É bem verdade que eles não tinham dinheiro, mas isso eles conseguem engolindo todo o ouro e toda a prata que havia na China e na Índia, por um processo secular de mercantilismo e tremendamente desfavorável para as potências européias.

Arma, dinheiro! Mas faltavam as idéias, as idéias do capitalismo, as idéias de John Adams, as idéias de convencer o mundo de que não era necessário estruturar o seu poder em cima de armas, em cima de dinheiro, porque bastaria abrir a sua economia ao comércio e isso, automaticamente, levaria ao paraíso.

Não foi assim que as coisas ocorreram. Deu-se uma hegemonia. E uma pequena ilha, inexpressiva até então, desenvolve, durante bom tempo, a sua estrutura de poder. É claro que tinha também a sua fonte de energia no motor a vapor. Em seguida, o vetor de energia deixa de ser o motor a vapor e vem a ser o motor à explosão, com muito melhor rendimento.

Os americanos têm muito petróleo. Já não era mais o couraçado a grande arma, mas a arma nuclear. E os americanos dominam. A partir daí muda. Mudam-se as ideias e se estabelece todo esse arco-bouço jurídico que vai estruturar a nova hegemonia, a sua parte econômica.

E veja, quando eles dominaram, quando os ingleses conseguiram todo o ouro e prata que havia na China e na Índia, é claro que eles tinham ideias; e a ideia era que precisávamos de uma moeda que servisse para o comércio exterior, uma moeda única. E, para isso, eles tinham o lastro, porque essa moeda, para ter efetividade, precisava ter lastro: ouro e prata. E eles tinham lastro em ouro e prata, que perderam na época da guerra para os Estados Unidos, que só entraram na guerra impondo duas condições importantes: assumirem todas as bases militares dos ingleses no mundo e receberem as suas reservas de lá.

Pois bem, esse é o contexto das coisas da nossa época, no mundo contemporâneo, na nossa idade, na evolução dos últimos séculos.

O Brasil não tem tendência de hegemonia, mas o Brasil tem imensas riquezas, o Brasil tem um potencial extraordinário. Se considerarmos os únicos países do

mundo ou os maiores países do mundo em população, em extensão territorial, nós, seguramente, vamos incluir o Brasil nesta lista. E como podemos abrir mão de salvaguardas tão fundamentais para o nosso destino, tão relevantes para a nossa cidadania e estrutura de poder, que devemos ter, não com o objetivo de hegemonia, mas até para responder à nossa responsabilidade com as futuras gerações, a presente também, quando temos nossos investimentos num setor estratégico, que é a da defesa, defasados, esquecidos, não prestigiados?

Tornei-me Senador há seis anos; e há cinco luto para que não haja contingenciamento nos recursos de investimento das Forças Armadas. Cinco anos pregando no deserto, como João Batista.

Estou pedindo que não haja contingenciamento porque investimentos, as pessoas precisam saber quanto dinheiro tem para este ano, para o outro, para o outro. Isso compromete o nosso projeto de enriquecimento de urânio.

Não estive presente à última palestra que o Ministro Jobim deu na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, mas peguei o DVD e assisti em casa. As reservas de água doce, o pré-sal, a imensidão deste pré-sal, e não temos guarda costeira. Parece que voltei aos meus tempos de missionário na África, quando assistia aos navios russos pescando nas águas de Moçambique, e eram navios que processavam pescado e já vendiam no porto de Damba. Eu morava em Damba e vendiam em Cape Town, fazendo obra, construindo catedral. Muitas vezes eu chegava ao local da obra e me surpreendia com os vergalhões, as barras de ferro, trazidas ilegalmente da Rússia, da Polônia, etc., países sem soberania. E isso pode ocorrer no Brasil, porque não temos sido zelosos, conscientes, eu diria até mais, inteligentes com o nosso próprio destino e também com todas as lutas dos nossos processos históricos.

Eu gostaria de lembrar, neste momento de confraternização, de ufanismo, do Presidente do meu Partido, José Alencar Gomes da Silva, um brasileiro notável, extraordinário. Aos 14 anos deixou a sua pequena Muriaé para formar o maior império têxtil do Brasil. Mas não é só do Brasil não, nos Estados Unidos, a maior empresa de cama, mesa e banho chama-se Springs e é dele.

E ele sempre me disse: não estamos à altura das nossas potencialidades. E talvez o que mais lhe amargurou no período em que foi Ministro da Defesa, e ele foi ao Senado com os três Comandantes, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e até citou – naquela ocasião, ele estava muito mais vigoroso do que hoje, foi uma reunião que demorou seis horas, não sei se os Comandantes lembram, mas foram seis horas de debate – a sua contrariedade com

relação aos recursos das Forças, e, naquela ocasião, tínhamos uns juros muito altos, um superávit primário também muito alto e dávamos mais atenção aos pressupostos do mercado financeiro do que às diretrizes fundamentais do nosso futuro.

Então, gostaria de homenageá-lo também porque ele foi, nessa trajetória, mais um brasileiro que, com muita galhardia, com a sobranceria do seu caráter, com seu verbo potente, com o exemplo da sua dignidade, aliás, na vida pública brasileira, ele ocupa, não diria de maneira solitária, mas de maneira destacada, os píncaros da dignidade pública, um brasileiro extraordinário e excepcional, que, agora mesmo, está voando para os Estados Unidos, continuando o seu tratamento na luta contra o câncer. A ele presto as mais elevadas homenagens.

(*Palmas.*)

Senhores, viva o nosso Exército, que tive a honra, de maneira muito modesta, como Oficial R2, servir durante oito anos tão extraordinários da minha vida, como soldado, depois, como aluno, depois, como aspirante, depois, como 2º Tenente, depois, como 1º Tenente, viva a Marinha, viva a Aeronáutica, viva o nosso Ministério, viva o nosso Ministro Nelson Jobim!

Muito obrigado.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Com a palavra o nobre Deputado Francisco Rodrigues pelo DEM.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES (DEM – RR.) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador da República Romeu Tuma, que preside estes trabalhos; Sr. Ministro de Estado da Defesa, Nelson Jobim; Sr. Comandante do Exército, General-de-Exército Enzo Peri; Sr. Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Moura Neto; Sr. Comandante da Força Aérea Brasileira, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito; companheiro Deputado Federal que compõe a Mesa, um dos autores do requerimento para esta sessão solene, Édio Lopes, na pessoa de quem cumprimento todos os Srs. Deputados e Srªs Deputadas aqui presentes, minhas senhoras, meus senhores, em nome da Liderança do DEM na Câmara dos Deputados, participo desta sessão solene do Congresso Nacional comemorativa do décimo aniversário de criação do Ministério da Defesa, celebrado no dia 10 de junho.

Trata-se de uma data marcante, por coroar longo processo de debate a respeito da questão da defesa nacional e, nesse contexto, do papel das Forças Armadas. A Constituição de 1946, por exemplo, já previa a instituição de um único Ministério congregando as três Armas, o que resultou, então, no estabelecimento do Estado-Maior Geral. Com objetivo semelhante,

em 1967, o Presidente da República, Marechal Castello Branco, assinou decreto que previa a elaboração de estudos visando à criação do Ministério das Forças Armadas. Entretanto, tal proposta acabou sendo abandonada.

Só a partir do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o tema passou a receber o merecido destaque, no bojo da discussão sobre a necessidade de instituir uma política de defesa para o Brasil adequada às realidades contemporâneas do mundo e, mais especificamente, da região sul do continente americano. E, principalmente, adequada à realidade interna que emergiu da Constituição de 1988.

Como a Carta Magna havia eliminado o conceito de segurança nacional, era preciso fixar novas diretrizes estratégicas para o País, condizentes com os princípios constitucionais. Nesse cenário é que foi criado o Ministério da Defesa, em 10 de junho de 1999, de modo a possibilitar a integração das três Forças, a fim de racionalizar suas atividades, otimizar o sistema de defesa e garantir a implementação de uma política sustentável para a área.

Apesar da complexidade da missão, muito já foi conseguido nesses dez anos. O Brasil tem-se firmado como potência regional, com base em referenciais político-estratégicos que envolvem a atuação das Forças Armadas, bem como da diplomacia e das ações civis do Governo e da sociedade.

Pautado por princípios como a autodeterminação dos povos, o respeito à igualdade entre os Estados e a solução pacífica dos conflitos, nosso País praticamente não tem inimigos externos. Isso não significa que deva descuidar das fronteiras, das águas jurisdicionais ou do espaço aéreo, mas possibilita que direcione energias para incluir no conceito de defesa nacional a proteção do Estado democrático de direito, assim como as inéditas demandas de segurança da atualidade, entre as quais ressaltam o combate ao narcotráfico e ao terrorismo internacional.

São temas muito sensíveis, que exigem abordagem capaz de superar o tradicional emprego direto da força militar, sem prescindir, entretanto, do concurso do ministério da Defesa na organização das atividades de inteligência voltadas a detectar as ameaças e preveni-las.

Aliás, o concurso do Ministério da Defesa tem sido imprescindível também em uma série de ações de promoção da cidadania, em vários pontos do Brasil, a exemplo das observadas no tratamento de comunidades vitimadas pela dengue, no auxílio dos desalojados por enchentes e em outras mobilizações de cunho social, como a distribuição de alimentos a populações carentes.

Além disso, no plano externo, tem contribuído para intensificar o compromisso de nosso País com a busca da cooperação entre as nações, ao viabilizar a participação de soldados brasileiros em ações humanitárias e missões de paz coordenadas por organismos multilaterais.

Assim, nesses dez anos de existência, o Ministério da Defesa tem cumprido seu importantíssimo papel institucional de assegurar ao Brasil o exercício da soberania em um contexto pacífico, tanto no plano interno quanto no plano externo.

Parabéns, portanto, ao Ministro de Estado da Defesa, Nelson Jobim, aos Comandantes da Marinha, Almirante-de-Esquadra Moura Neto, do Exército Brasileiro, General-de-Exército Enzo Peri, da Força Aérea Brasileira, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, e aos efetivos militares e civis das nossas Forças Armadas pelo brilhante trabalho que vêm desenvolvendo em favor do desenvolvimento do Brasil e da prosperidade do povo brasileiro.

O Democratas se orgulha, Sr. Ministro, da condução de V. Ex^a à frente do Ministério da Defesa, que, com a Estratégia Nacional de Defesa, defini para a Nação brasileira a importância estratégica das nossas Forças Armadas nessa nova quadra da história.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Com a palavra o nobre Deputado Jair Bolsonaro, pela Liderança do PP.

O SR. JAIR BOLSONARO (PP – RJ. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma, Sr. Ministro da Defesa Nelson Jobim, Srs. Comandantes Militares, Oficiais-Generais, superiores, praças e quem nos assiste pela TV Câmara, eu quero, primeiro, elogiar o Ministro Nelson Jobim, porque, quando ele assumiu a Defesa, eu até pensava que, mesmo sendo integrante do baixo clero, não tivesse a aceitação que tenho toda a vez que peço para conversar com V. Ex^a. É lógico que os assuntos não foram resolvidos, mas V. Ex^a tem me recebido muito bem.

E dizer, ainda, Sr. Ministro, que muitas vezes a gente pergunta: qual o momento para tocarmos o dedo na ferida? Hoje é um dia para se comemorar alguma coisa, apesar de eu não ter votado favoravelmente à criação da Defesa. Na época, eu preferi atender aqui à exposição do então Ministro da Marinha, Mauro Cesar, e ser um dos três que votou contra a Defesa, porque entendia – e ainda entendo – que veio mais por uma imposição, uma revanche política do que por uma necessidade militar.

Gostaria que estivesse presente aqui – lógico, o Senador Tuma é uma pessoa por quem tenho a maior estima – o Presidente Sarney, até para lembrar que,

em 1986, foi ele quem nos concedeu o 13º salário. Nós e os servidores civis éramos as últimas classes sem aquilo. Ele, muito bem assessorado pelo então Ministro Leônidas Pires Gonçalves, estendeu o 13º para os militares. No ano seguinte, lembro-me muito bem, estava cursando a ESAO, foi atrasada a nossa dispensa no final da tarde, e já eram 19 horas, 20 horas, quando o então Presidente Sarney anunciou a nossa isonomia com o Superior Tribunal Militar. Lamentavelmente, alguns meses depois, ele mesmo revogou essa isonomia. Queria, contudo, lembrar o momento do 13º.

Então, entendo, prezado Ministro Nelson Jobim, que a criação da Defesa enfraqueceu a instituição militar, retirou da mesa política dos ministros a presença do verde, do azul e do cinza. Às vezes eu me pergunto: que País é este? Que chefes, ou melhor, que autoridades civis são essas que ignoram, que desprezam a presença dos militares, com uma vivência nacional enorme, todos com quase 50 anos de serviço, na discussão dos grandes temas de interesse de um país que quer ser soberano? E, hoje em dia, em que pese o Ministro Jobim estar sempre ao lado da verdade, da coisa certa nessas questões, só lemos nos jornais praticamente ofensas às Forças Armadas.

Temos agora a Comissão de Direitos Humanos do Governo Federal já articulando outra coisa contra as Forças Armadas. Eu às vezes me questiono: que País é este que precisa constituir uma Frente Parlamentar de Defesa para defender as Forças Armadas? Não entendi; confesso que não entendi. Assim sendo, fiz questão de não integrar essa Frente.

Quero parabenizar aqui o Deputado Edio Lopes, autor do requerimento desta sessão, e apenas fazer uma correção: não conseguimos a isonomia com a Polícia Federal. Estamos longe, mas muito longe dessa não só sonhada, mas justa isonomia. Quero parabenizar o Senador Tuma como relator da Medida Provisória 2215, aproveitando o momento já que, no ano passado, junto ao Senador Garibaldi, conseguimos o compromisso de que ele coloque em votação essa medida provisória que trata da nossa lei de remuneração. Ela entrou na pauta no final de dezembro, mas o Governo, com a sua força, retirou a proposta daqui.

Estou satisfeito com a presença do Ministro Nelson Jobim na Defesa, apenas como representante aqui do baixo clero até, vamos assim dizer. É uma pena que ele, brevemente, sairá daqui. Se ficasse aqui mais algum tempo, com toda certeza, conseguiria recuperar o que os muitos que o antecederam perderam, e perderam por incompetência e por má-fé.

Essa Medida Provisória, Sr. Ministro, a de nº 2.215, vai comemorar, no ano que vem, 10 anos. Eu perguntaria: nesses 10 anos de Defesa, o que nós

temos para comemorar? Porque ela foi fracionada, foram meia dúzia, seis Ministros que, ao longo de dez anos, ocuparam essa Pasta, muitos deles a ocuparam por uma imposição política. Primeiro, um Senador que havia perdido a eleição no seu Estado. Depois, uma lamentável indicação de um advogado de banqueiro, autor dessa medida provisória, que trabalhou para o banqueiro no governo da época. E, hoje em dia, eu duvido qual autoridade militar não tenha dificuldade, não tenha problema em seu comando, tendo em vista essa medida provisória. Ministro Nelson Jobim, se ela fosse semelhante para esta Casa, o servidor do Legislativo ou do Senado pararia a Casa; se ela fosse semelhante para o TCU, pararia o TCU; se semelhante para a Polícia Federal, Deputado Edio, pararia a Polícia Federal. Foi a mais draconiana e drástica reforma previdenciária que nós tivemos, onde caparam os direitos de militares para os quais faltavam dias para se inativarem. Há militares para os quais faltavam quatro dias para completar 30 anos de serviço, e perderam os proventos do grau hierárquico superior. Não fizeram qualquer transição para o decênio incompleto da LE, acabaram com o auxílio-moradia, criaram um desconto para o auxílio-moradia, e isso desestimulou o prosseguimento na carreira, de onde, por ano – os comandantes militares bem sabem disso, a gente acompanhou e acompanha no Diário Oficial da União – mais de 200 capitães e tenentes pedem demissão. Por duas vezes – sem querer, mas em contato fortuito com o Presidente Lula – entreguei documento nesse sentido para ele. Não sei o que ele fez com isso, se tomou alguma providência. Parece que não, parece que está satisfeito com o que está acontecendo. A nossa carreira, dita típica de Estado, é a mais mal remunerada de todas.

Deputado Edio, sei que foi um pequeno equívoco da sua parte aqui. Nós aqui estamos em uma situação que bem demonstram as evasões. Não há filhos de Deputados querendo entrar para a Academia Militar das Agulhas Negras ou para a AFA ou para a Escola Naval, muito menos para a Escola de Sargentos. Não há filho de autoridade nenhuma, civil, ou do Judiciário ou do Executivo, buscando a carreira das Armas. Criticam, criticam, criticam! Mas nós estamos perdendo essa guerra.

Cada vez que eu vou a uma formatura da Academia, convidado pelo Comandante – de que me orgulho e que me honra porque passei por lá –, vemos, sentimos que as coisas não estão indo bem no tocante à massa crítica que entra. Pior do que a perda que temos com os que saem é a perda que temos dos que não entram.

Se quisermos comparar, Deputados, meus companheiros, com a Polícia Civil de Brasília, um carce-

reiro, Ministro Jobim, da Polícia Civil de Brasília, que é pago pelo Lula, recebe o equivalente a um general de brigada, que é da minha turma hoje em dia, e um coronel. Isso é uma vergonha!

Eu sei, Ministro Jobim, que talvez o momento não seja oportuno. Mas, para mim, é. Como fiquei dezessete anos no Exército, quando eu ouvia certas coisas de autoridades civis, eu me revoltava e gostaria de ter oportunidade de falar. Falo respeitosamente a V. Ex^a, como já conversei, muitas vezes, em particular. É uma pena que V. Ex^a aqui não possa me responder, porque aqui nós estamos sendo ouvidos, com toda certeza, por várias unidades militares do Brasil, residências de companheiros que estão assistindo. Aqui, V. Ex^a, infelizmente, não pode responder. Sei que V. Ex^a daria uma resposta muito boa. Quando há audiência pública, a TV Câmara não transmite. Lá, a gente debate, se diglacia, briga muitas vezes, mas fica ali mesmo, morre por ali mesmo. E este problema continua nas Forças Armadas.

O Sr. Fernando Ferro (PT – PE) – V. Ex^a permite um aparte, Deputado Bolsonaro?

O SR. JAIR BOLSONARO (PP – RJ) – Pois não.

O Sr. Fernando Ferro (PT – PE) – Eu queria, em primeiro lugar, parabenizar o Deputado Edio pela sugestão desta homenagem, parabenizar todos os Chefes Militares e o nosso Ministro pela presença e expressar aqui, como brasileiro e como Deputado, a minha satisfação em ouvir os pronunciamentos e ver o reconhecimento da instituição Forças Armadas deste País, hoje aglutinadas no Ministério da Defesa, como um patrimônio do Brasil. Assim, interpreto como algo que colabora e constrói para consolidar uma Nação, um Estado com autonomia, com capacidade de ter presença no cenário mundial, cada vez mais complexo. Eu e V. Ex^a, Deputado Jair Bolsonaro, muitas vezes temos divergências internas de posicionamento político e ideológico, mas não deixo de reconhecer sua capacidade de defender, de cumprir seu papel, aqui, como pessoa intimamente ligada à história das Forças Armadas pela sua vida, pela sua vivência. V. Ex^a cumpre um papel de defesa. E quero dizer que não está sozinho. Nós outros, de várias maneiras, temos a preocupação com o que significam as Forças Armadas e o Ministério da Defesa para este País. Nós temos as descobertas do pré-sal, as exigências militares, inclusive para garantir esses recursos naturais para a nossa integridade e para a nossa autonomia. E quero dizer a V. Ex^a que eu tenho um filho que entrou no Exército recentemente. Está muito bem. Faço parte de uma geração que viveu momentos dolorosos, momentos difíceis. A nós era levado um grau de antipatia pelo que representavam

as Forças Armadas naquele momento, pelos nossos conceitos políticos. É evidente que nós evoluímos. Eu aprendi e nós aprendemos a importância da democracia e da construção de um País que se reencontre, que viva este momento de construção e de constituição de responsabilidades, porque as Forças Armadas, como parte deste País, compõem-se nessa condição. Falo a V. Ex^a na condição de alguém que tem hoje orgulho de ter um filho militar, que, como médico, está cumprindo o seu papel e contribuindo para que eu, inclusive, aprendesse a importância dessas instituições, o respeito que elas merecem e as ações de melhoria de que elas necessitam. Portanto, quero dizer que V. Ex^a cumpre o papel de defender esses direitos, enquanto servidores, homens e mulheres, seres humanos com direitos na nossa Nação. Portanto, quero dizer que as Forças Armadas são um patrimônio deste País, e nós deveremos defendê-las, compreendendo que elas são parte da Nação, parte fundamental, parte essencial para a constituição do Estado brasileiro. E quero só discordar de V. Ex^a: temos a reclamar? Sim, temos. Mas nós construímos muitas coisas. Nós evoluímos e avançamos. Sabemos que a democracia não é um caminho retilíneo, nem o desenvolvimento é um caminho simples; é um caminho complexo no qual cada um de nós tem que ter maturidade, capacidade de compreender avanços e recursos, mas, acima de tudo, reconhecer que estamos no caminho certo. E essa homenagem aqui é exatamente o reconhecimento do caminho certo. Quero parabenizá-lo, mesmo divergindo em algumas coisas de V. Ex^a, mas quero dizer que é assim que se faz a democracia. Não é escondendo posições, é expondo-as e claramente defendendo-as. E é nesse contexto que eu quero aqui parabenizar o Ministério da Defesa e todos aqueles que fazem as nossas Forças Armadas: nossos oficiais, homens e mulheres. Concluo dizendo que fiquei encantado ao participar da formatura de que meu filho participou e ver que foi exatamente uma mulher que foi a premiada, a laureada, com o melhor desempenho físico daquela turma que participava da formatura. Parabéns, senhores!

(Palmas.)

O SR. JAIR BOLSONARO (PP – RJ) – Prezado Deputado, quero cumprimentá-lo, agradecer-lhe pelo aparte e comentar sobre o filho; dizer que reconheço que V. Ex^a passou por momentos difíceis no passado, juntamente com os demais companheiros, mas, se não fosse a intervenção das Forças Armadas naquele momento, o Brasil hoje estaria passando por situações muito mais difíceis.

Quero citar os números, Sr. Presidente, e encerrar, já que os números não mentem. Com ideologia, muitas vezes, aqui, não se sabe quem tem razão.

Mas, Sr. Presidente, hoje em dia, graças a esse... Quero parabenizar de novo o Ministro Jobim, porque, se não fosse ele ter negociado o reajuste deste ano, em média 10%, não teríamos tido qualquer recomposição salarial no corrente ano. Quero reconhecer isso aí, assim como ele negociou para o ano que vem. Acho muito difícil alguém tentar revogar essa lei que nos dá mais esse percentual no ano que vem. Então, a participação dele foi excepcional. Duvido que qualquer outro que antecedeu o Ministro teria conseguido esse intento.

Deputado Tuma, já que V. Ex^a é dos quadros da Polícia Federal daqui também, na Polícia Militar de Brasília, nosso Coronel da PM está acima do General de Divisão; o Primeiro-Sargento da PM de Brasília, falando em remuneração, está acima do Capitão; o Terceiro-Sargento está acima daquele garoto que se forma lá na Escola Naval, na Academia da Força Aérea ou na Aman; e o Cabo de Brasília também está acima do Subtenente; o Soldado de Brasília, da PM de Brasília, está acima do Primeiro-Sargento; e um cadete da Aman – com toda a certeza o Ministro Jobim vai estar lá agora, por ocasião da entrega do espadim – ganha quatro vezes menos que um cadete da Polícia Militar daqui de Brasília.

Então para encerrar, Sr. Presidente, aqui nos chega a seguinte situação: nós, Parlamentares – sou apenas um baixo clero aqui dentro –; nós, autoridades, como V. Ex^a o é – e tenho certeza de que vai empenhar-se mais nesse sentido –, não podemos deixar fazer com que o Executivo use o Legislativo para subjugar os militares. Ele manda a Medida Provisória para cá, como a 2.215, e depois manda seus coronéis fazer com que elas não sejam votadas. E estamos vivendo nove anos no inferno astral dessa MP da LRM. E mais ainda: com essa medida – se houver alguém do Judiciário nos ouvindo –, o Poder Executivo neutraliza o Poder Judiciário. Por quê? Porque o Judiciário, Senador Tuma, não bate o martelo, não decide em cima de medida provisória. Pontualmente, nada podemos questionar.

Esse é o apelo que faço, Ministro Jobim. Espero que V. Ex^a, ou melhor, tenho certeza de que V. Ex^a vai buscar uma solução que seja parcial para essa medida provisória, restabelecendo proporcionalmente o grau superior, concedendo uma transição para a licença especial, acertando a questão do auxílio-invalidez, fazendo com que se cumpra o estatuto dos militares no tocante ao porte de arma para os oficiais, entre outras coisas.

Meus senhores e minhas senhoras, desculpem-me se fui um pouco além; Ministro Jobim, Comandante Enzo, desculpem-me; Comandante Moura Neto, Co-

mandante Saito, mas o que pretendo fazer busco fazer da melhor forma. Se não o faço, peço desculpas a V. Ex^a, mas acho que o momento é oportuno – ou foi oportuno – para se falar sobre isso.

Muito obrigado a todos.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Passo a palavra ao ilustre Deputado Rodrigo Rollemberg, que falará pela Liderança do Bloco; em seguida, falará o Deputado Uldurico Pinto.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF. Pela

Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Parlamentares, prezado Ministro Nelson Jobim, prezados comandantes militares, prezados oficiais e praças, em nome do Bloco Parlamentar composto pelo PSB, PCdoB, PMN e PRB, quero saudar o Ministério da Defesa e todos os oficiais e praças que fazem as Forças Armadas brasileiras.

Considero que tivemos um grande avanço com a criação do Ministério da Defesa, com a oportunidade de integrar, cada vez mais, a ação das três Forças Armadas. E acredito que vivemos um momento singular na história do nosso País, em que o tema defesa nacional passou a fazer parte da agenda política estratégica do nosso País. E não poderia ser diferente. Um país com as dimensões do Brasil, com as características do Brasil, com as riquezas do Brasil, que se insere de forma diferenciada no cenário mundial precisa ter uma política nacional de defesa, uma estratégia nacional de defesa que não seja de um governo, mas que seja do Estado brasileiro. Daí a importância de termos, na Frente Parlamentar da Defesa, integrantes de todos os partidos políticos, que percebem a importância desse debate estratégico.

Se formos levar em conta todos os temas que hoje estão presentes nas Forças Armadas, encontraremos questões absolutamente estratégicas para o desenvolvimento nacional. Vou citar algumas rapidamente – e serei breve. Gostaria muito de ouvir, ao longo do meu discurso, as palavras do Deputado Aldo Rebelo, que também é um componente do nosso bloco e que tem sido, ao longo de sua história, grande defensor da defesa nacional e da indústria da defesa nacional.

Começo me referindo a alguns projetos no âmbito da Marinha, como, por exemplo, o levantamento da plataforma continental brasileira, que propiciará ao Brasil acrescentar ao seu território marítimo 960 mil novos quilômetros quadrados. Se hoje já temos as riquezas recentemente descobertas do pré-sal numa área próxima a 150 milhas, qual a expectativa que temos em relação ao futuro, em relação a novas riquezas nessas novas áreas que estão sendo definidas no levantamento da plataforma continental?

Ainda me referindo à Marinha, a todo o trabalho de pesquisa, em cooperação com vários países, na Antártica, esse território fantástico e fundamental para o futuro da humanidade, o que dizer do programa nuclear brasileiro, do desenvolvimento do submarino de propulsão nuclear, especialmente no momento em que o Brasil precisa se equipar cada vez mais para proteger suas riquezas e para proteger suas fronteiras?

No que se refere ao Exército, tive a oportunidade e a honra de conhecer vários batalhões e pelotões de fronteiras na Amazônia brasileira, onde o Exército brasileiro é a presença do próprio Estado brasileiro; uma região de muita dificuldade, uma região de enorme fronteira seca, e temos ali os soldados do Exército brasileiro representando o Estado brasileiro.

Tive a oportunidade de assistir recentemente à apresentação do Exmº Sr. Ministro da Defesa do Programa de Estratégia de Defesa Nacional, numa comissão do Senado Federal, e fiquei muito feliz ao ver a importância que este Governo está dando à retomada, ao aprofundamento do Programa Espacial Brasileiro, com todas as suas aplicações estratégicas, seja no âmbito da defesa, da vigilância das fronteiras, seja no que se refere à democratização das comunicações, à previsão de safras agrícolas, a preparar o País para o enfrentamento das mudanças climáticas.

Portanto, quero aqui dizer, prezado Ministro, prezados comandantes, oficiais, praças, que, de parte do Bloco, podem contar integralmente com o nosso apoio no sentido de que esta Casa possa aperfeiçoar, ajustar o marco legal às novas demandas do nosso País. E uma dessas demandas fundamentais é o desenvolvimento da indústria de defesa nacional, porque o País só será soberano se for independente do ponto de vista da produção de tecnologias na área de defesa, que terão certamente outras aplicações e que contribuirão decisivamente para o desenvolvimento nacional.

Parabéns, prezado Ministro, prezados comandantes e, sobretudo, todos os que compõem as Forças Armadas Brasileiras, porque nós, brasileiros, temos profundo orgulho das nossas Forças Armadas!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Senador Aldo Rebelo, V. Exª pode fazer o aparte, mesmo sem haver orador na tribuna.

O Sr. Aldo Rebelo (PCdoB – SP) – Muito obrigado, Presidente Romeu Tuma. Ministro ilustre, querido amigo Nelson Jobim; Deputado Édio; Srs. Comandantes; Srªs e Srs. Oficiais; Srª e Srs Congressistas, o aparte que havia solicitado ao Líder do meu Bloco, Deputado Rodrigo Rollemberg, Ministro Jobim, é para abraçá-lo, felicitá-lo pelos 10 anos do Ministério da Defesa; abraçar os Comandantes das três Forças, que

têm realizado, com muita dedicação e perseverança, a tarefa de conduzir o trabalho que as Forças Armadas têm feito em defesa dos interesses do Brasil e do povo brasileiro. Desde os campos dos Guararapes, passando pelos campos do Paraguai, nas tarefas da Força Expedicionária Brasileira durante a II Grande Guerra, as Forças Armadas têm cumprido o seu papel. E, hoje, diante dos novos desafios, de novas adversidades, creio que todos nós depositamos nossa confiança nas Forças Armadas – agora, no Ministério da Defesa –, e todos procuramos nos empenhar em ajudar e em apoiar essa presença tão importante na formação da Nação brasileira, na construção do Estado brasileiro, na preservação da nossa soberania, na preservação da nossa história e da nossa memória. Que os 10 anos de criação do Ministério da Defesa reafirmem em todos nós, Ministro Jobim, Srs. Comandantes, Srª e Srs. Oficiais, as mais profundas convicções de amor ao nosso País, de defesa do nosso País e de um futuro de independência, de democracia e de bem-estar para o nosso povo! Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – O Senador Flexa Ribeiro encaminhou discurso à Mesa para ser publicado no *Diário do Congresso Nacional*.

Como último orador inscrito, convido o nobre Deputado Uldurico Pinto, do PMN.

O SR. ULDURICO PINTO (PMN – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma; Sr. Ministro da Defesa, Nelson Jobim; Srs. Comandantes Militares da Marinha, da Aeronáutica, do Exército Brasileiro; Srªs e Srs. Oficiais; caros colegas parlamentares, venho aqui em nome do meu partido, o PMN, prestar homenagem, expressar solidariedade ao Ministério da Defesa do nosso País, e dar um abraço fraterno a toda a corporação nestes 10 anos que comemora o Ministério da Defesa.

Falo também, além de parlamentar, como Presidente da Frente Parlamentar para o Apoio e Desenvolvimento da Biotecnologia. Perguntei se eu poderia falar como filho de sertanejo, como cientista. E, hoje, aqui estou para falar para grande parte da inteligência das Forças Armadas do nosso País.

Eu queria também, nesta data solene, neste gesto importante do Parlamento brasileiro, dar a minha modesta contribuição como médico, como parlamentar e como cientista e falar de um tema do qual, possivelmente, alguns nunca ouviram falar. Há poucos dias, quando presidia a sessão, numa sexta-feira vazia, falei: “Declaro aberta a era da guerra do fósforo”. Alguns parlamentares perguntaram-me: “Guerra do fósforo?”. Expliquei-lhes: “Guerra do fósforo e do potássio”. O foco está mudando. Todos os paradigmas estão, de

certa forma, móveis. Para se ter uma idéia, em torno de 87% do potássio do mundo está apenas em quatro países: Rússia, Bielo-Rússia, Canadá e Alemanha. O Brasil tem apenas 2% do potássio do mundo! O Brasil tem apenas em torno de 2% do fósforo do mundo! Se há algo de certo na história da humanidade – e vocês entendem disso melhor do que qualquer um – é que, no dia em que houver fome no nosso País, o País terá guerra. O dia em que o nosso cerrado não produzir um grão de arroz nem um grão de soja, e nossas terras, nossos campos não produzirem trigo nem feijão, aí terá guerra. Nossa povo não passará fome. Isso em qualquer país. A historia da civilização, a história do mundo contemporâneo, a história da humanidade está cheia de guerras por causa de outros motivos; agora, por fome, sempre.

Então, coloquei isso – estou escrevendo um livro que vou oferecer às Forças Armadas do meu País, vou entregá-lo ao Ministro da Defesa – para dizer que estou à disposição para falar do tema. A cada dia que passa, o fuzil vai pesar menos; a cada dia que passa, a metralhadora vai pesar menos. Talvez chegará o dia – fazendo um pouco de poesia – em que, digamos assim, a nossa pólvora será o potássio, será o fósforo. Venho falar aqui, no meio da inteligência das Forças Armadas do meu País, que, a cada dia que passa, todos sabemos, está mudando o foco dos interesses maiores, do que está decidindo a estratégia militar.

Há poucos dias, veio a Gripe H1N1, a gripe suína. O mais estranho é que há vários trabalhos científicos segundo os quais, possivelmente, seja uma gripe de laboratório, escapou vírus de um laboratório. Tem características da gripe aviária, tem características da gripe espanhola... Ele tem característica de três gripes diferentes. No entanto, o vírus não tem reprodução sexuada. Ele tem características importantíssimas. Segundo vários trabalhos de cientistas ingleses, há a chance concreta de o vírus ser de laboratório. E a vacina, curiosamente, seis meses depois, está pronta. Mas não temos vacina para a esquistossomose, não temos vacina para a malária, não temos vacina para várias outras coisas, mas para o vírus H1N1 já existe vacina.

Parece que estão querendo chamar nossos cientistas de idiotas ou chamar nossas Forças Armadas de ingênuas. A gripe espanhola, só para dar um exemplo, matou mais gente do que a I Guerra Mundial, a II Guerra Mundial. A II Guerra Mundial enriqueceu, na prática, os compêndios, as aulas teóricas dos militares em todo o planeta. Mas a gripe espanhola matou mais do que a I Guerra Mundial, e preferiu crianças, gestantes e velhos. Foi mais impiedosa ainda. Agora, para se ter uma ideia, na gripe de Nova Jersey, em 1976, o

Presidente dos Estados Unidos, Gerald Ford, vacinou quarenta milhões de pessoas imediatamente. Morreu apenas uma pessoa. Depois, teve a gripe russa, em 1977. Agora, nós temos essa gripe suína, tipo suína, com características da gripe espanhola, da gripe aviária e da gripe ovina. E todos sabem que o vírus não tem sexo. É réplica, é como se fosse xerox. Então, a cada dia que passa... Eu falei que vai chegar o dia em que cada comandante militar será um cientista. Vai entender de Agronomia, vai entender de ciência e tecnologia, entender de Biotecnologia. A cada dia que passa, o teatro de operação pode não ser em um campo de batalhas; que as trincheiras sejam superadas. E às nossas Forças Armadas, neste dia importante, nesta homenagem que o Parlamento brasileiro presta, com muita honra, aos militares brasileiros, eu venho aqui, modestamente, lembrar que o mundo está evoluindo em alta velocidade. E pode ser que seja decidido que o teatro das operações seja em um laboratório, seja com um *notebook* e com uma caneta.

A SrA. Emilia Fernandes (PT – RS) – V. Ex^a me concede um aparte, quando for possível, Deputado? Eu aguardo. Obrigada.

O SR. ULDURICO PINTO (PMN – BA) – V. Ex^a pode falar.

A Sr^a Emilia Fernandes (PT – RS) – Muito obrigada, Deputado. Eu agradeço o aparte que V. Ex^a me concede. Também quero me associar às homenagens que esta Casa e o Congresso Nacional prestam às Forças Armadas, ao Ministério da Defesa. Cumprimento o Senador Tuma, que preside esta sessão. Ele que tem uma larga trajetória de trabalho e de dedicação ao setor de segurança deste País. Já fomos colegas Senadores, e tenho a honra de compartilhar com S. Ex^a este momento. Quero cumprimentar nosso conterrâneo, o ilustre Ministro da Defesa, Nelson Jobim, cumprimentar os Comandantes das Forças Armadas, todas as pessoas que estão aqui e que integram a corporação, autoridades militares e civis, inclusive de outros países, que honram esta Casa com a sua presença. Também nós, as parlamentares, mulheres que representam o povo brasileiro nesta Casa, queremos nos associar – particularmente eu, que, como sempre tenho dito em várias oportunidades, venho dessa família militar; sou filha, sobrinha e tia de militares – e queremos dizer da importância de quando se fala... E isso dissemos há pouco tempo, há poucos dias, em uma sessão solene de homenagem à Marinha, no Senado. Certamente, agora, nos próximos dias, por ocasião do dia 25 de agosto, estaremos reafirmando o que pensamos, o que acreditamos em relação ao Exército nacional, particularmente eu, que tenho percorrido todo o Brasil. Estive na Amazônia e conheço o projeto que hoje o Exército

brasileiro e a Marinha realizam naquela região. Estive na Antártica. Venho de uma região de fronteira, como bem sabe V. Ex^a, Ministro Jobim, e conheço a sua luta, a sua trajetória, a sua seriedade na causa pública, o que também hoje vem demonstrando à frente do Ministério da Defesa. Não poderíamos silenciar diante de um momento importante, em que o Congresso Nacional reafirma seu reconhecimento às Forças Armadas, à Defesa Nacional. E quando nós falamos em defesa, entendemos: prevenção, soberania, paz. E é por isso que, cada vez mais, nós nos associamos àqueles e àquelas que entendem que um país soberano é aquele que respeita, que valoriza, que fortalece suas Forças Armadas, que a qualifica e, cada vez mais, mostra ao povo brasileiro que a defesa de nossas fronteiras, daquilo que temos de mais importante, que são nossas florestas, nossas águas... enfim, o povo brasileiro, é o que faz realmente a diferença. E as Forças Armadas têm o seu papel de valor não apenas na construção da história do passado, mas, principalmente, na reafirmação da importância da soberania e da projeção que este País tem hoje no mundo. Portanto, reafirma-a para o presente e principalmente para o futuro. Nossos cumprimentos, nossa parceria e nosso compromisso de luta conjunta para que este País seja, cada vez mais, democrático, soberano e com Forças Armadas capazes de realmente defender a paz, mas, acima de tudo, dizer que este País é do povo brasileiro. Meus cumprimentos ao Deputado! Muito obrigada pelo aparte que nos concede. Cumprimentos a todos!

O SR. ULDURICO PINTO (PMN – BA) – Obrigado à ilustre parlamentar.

Concluindo meu pronunciamento, quero dizer que o mundo contemporâneo expressa de maneira mais forte as palavras. Anteriormente, esse Ministério se chamava Ministério da Guerra. Hoje, é Ministério da Defesa. E vai chegar o dia em que vai ser Ministério da Paz. E, quando se fala em defesa, entenda-se – eu sempre repito – que nós estamos falando não só do território, que é importante e fundamental e é muito claro e fácil de se ver e notar. Nós hoje temos que defender valores, temos que defender princípios, temos que defender alimentação, temos que defender tecnologia, temos que defender a vida.

Há poucos dias, eu estava em Israel, visitando campos de estudos científicos, inclusive de duplicação do genoma. Estava duplicando o genoma da canola, a pedido do governo chinês, um grupo de cientistas israelenses. Estava duplicando e aumentando a produtividade substancial da canola, importante para aquele país. E, curiosamente, tinha um trabalho, a pedido do Governo brasileiro, de duplicação do genoma da mamona, uma variedade que, de setecentos quilos,

passará a dez mil quilos. É importante que saibamos e que os militares brasileiros possam, a cada dia que passa, entender de Biotecnologia, sua importância na estratégia militar, entender de Agronomia e, de certa forma, contribuir substancialmente para a paz.

Quero aqui, concluindo o pronunciamento, pedir uma reflexão: o potássio brasileiro, o fósforo brasileiro e outro componente, o nitrogênio – mas 70% do ar é nitrogênio, então é fácil ter nitrogênio – devem ser explorados? Devem ser exauridos? Ou devem ser preservados para a nossa própria geração? Não é nem para a futura! Os campos de petróleo americanos estão sendo reservados, estão sendo lacrados, esperando, sem serem explorados. Preferem comprar. E os nossos?

Essa é a questão que eu queria colocar nesta sessão solene, dividir com a inteligência militar brasileira. Nossa fósforo e nosso potássio devem ser exauridos ou devem ser reservados?

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Antes de encerrar a presente cerimônia, eu gostaria de deixar registradas em Ata as homenagens ao Vice-Presidente da República, José Alencar, que ocupou o Ministério da Defesa, esperando seu pronto restabelecimento. Segundo notícias, amanhã, S. Ex^a terá alta do hospital, em razão da sua recuperação corajosa, permanentemente em luta contra a doença.

Não posso deixar de cumprimentar o Ministro Jobim, que, quando o Senador Crivella citou o nome do Vice-Presidente José Alencar, puxou os aplausos em homenagem ao Vice-Presidente, que, sem dúvida, voltará e continuará prestando serviços ao País, com dignidade e com respeito.

Vamos ouvir agora a Banda de Música da Base Aérea de Brasília, sob o comando do Suboficial Alberto da Silva Gonçalves, que executará os seguintes hinos e canções: canção da Marinha do Brasil (Canção Cisne Branco), canção do Exército (Canção do Exército) e canção da Aeronáutica (Hino do Aviador).

Convido a Banda a iniciar suas homenagens.

(*Execução de hinos.*)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Ao encerrar a sessão, a Presidência agradece às autoridades civis, militares, diplomáticas e eclesiásticas e a todos que nos honraram com suas presenças.

Aproveitamos para convidar os presentes a visitarem a exposição alusiva aos dez anos de criação do Ministério da Defesa, que se encontra instalada no *hall* da Taquigrafia, no Anexo II da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, senhores.

Viva o Ministério da Defesa! Vivam o Exército, a Marinha e a Aeronáutica brasileira! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – O Sr. Senador Flexa Ribeiro enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando de sua criação, há uma década, o Ministério da Defesa era uma incógnita para a maioria dos brasileiros, tão acostumados, então, à idéia de um comando tripartite das ações de defesa e de segurança nacional. A proposta foi recebida também com reservas em alguns meios militares, que não concebiam o comando das Forças Armadas entregues a um ministro civil, muito embora reconhecessem e acatassem, com a disciplina própria do meio castrense, a liderança e a autoridade máxima do Presidente da República.

O tempo veio comprovar o acerto daquela medida, que, de forma alguma, prejudicou a autonomia e o desempenho das nossas Forças Armadas. Hoje, Senhor Presidente, estou convicto de que o Ministério da Defesa, respeitando as características e as missões de cada Arma, tornou-as ainda mais respeitadas e propiciou sua integração de forma mais efetiva na agenda da defesa e da soberania nacional. Esse tema, hoje, é do interesse de toda a sociedade brasileira, e integra em torno dos mesmos objetivos não só as três Forças tradicionais, mas também os diversos segmentos civis de todo o País.

Basicamente, pode-se dizer que até a criação do Ministério da Defesa, apesar da seriedade e da dedicação das Forças Armadas, não havia um compromisso de Governo no que concerne à soberania nacional, à defesa do território e à implementação de programas estratégicos para o desenvolvimento nacional. A essa mudança, veio somar-se outra, mais recentemente, com a formulação e o lançamento da Estratégia Nacional de Defesa (END), em dezembro de 2008. Essa proposta, que define os objetivos e métodos para o estabelecimento de uma nova estrutura de defesa nacional, foi pacientemente elaborada pelo ilustre Nelson Jobim, Ministro da Defesa, e por Roberto Mangabeira Unger, então Secretário de Assuntos Estratégicos, a partir das constatações e sugestões das nossas Forças Armadas. Na elaboração da proposta, seus formuladores analisaram também o sistema de defesa de outras nações, aí incluídos os Ministérios da Defesa de países como a Alemanha, a Espanha, os Estados Unidos, o Chile, a França, a Grã-Bretanha, a Itália e Portugal.

O próprio Ministro Jobim, por ocasião do décimo aniversário de sua Pasta, que hoje comemoramos nesta Casa, mas que transcorreu efetivamente no dia 10 de junho passado, destacou a importância desse conjunto de diretrizes. Com a aprovação da Estratégia Nacional de Defesa, disse o Ministro, “o Brasil compreendeu que a defesa não é algo isolado, e sim algo ligado ao desenvolvimento”.

Na verdade, Senhor Presidente, a Estratégia Nacional de Defesa é uma proposta inovadora, voltada não apenas para a inserção do Brasil no concerto internacional das nações, mas para o Brasil na condição de futura potência, com papel estratégico na geopolítica mundial. Nessa condição, a END propõe um ambicioso plano de reestruturação das Forças Armadas, com medidas como a instalação de uma base naval na Amazônia e aumento do efetivo militar na região, fabricação de porta-aviões e reforço da indústria bélica nacional. É de se destacar também a aquisição de submarinos de propulsão nuclear à França com transferência integral de tecnologia.

É importante destacar, igualmente, que a Estratégia Nacional de Defesa dá uma ênfase especial à Amazônia, uma região de rara densidade demográfica e riquíssima em recursos naturais. Além da base naval, a Amazônia contará, nas áreas de fronteira, com novas unidades da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a Amazônia, como todos sabem, detém um terço do patrimônio mundial de florestas. Em sua bacia hidrográfica se concentra um quinto de toda a água doce do planeta. Além disso, ali se encontram minérios nobres e raros, como o ouro, a cassiterita, o nióbio, a bauxita, além de produtos extractivos e uma biodiversidade inigualada. É evidente que a Amazônia é alvo de cobiça de numerosas instituições internacionais ou mesmo de governos estrangeiros. É evidente, também, que o Brasil precisa defender a Amazônia brasileira dos riscos não só de invasão, mas de exploração predatória e de desnacionalização. A ingerência internacional sobre o destino da Amazônia tem sido reportada inconsistentemente pela mídia. A atuação de grupos internacionais na região, onde a fiscalização é precária, e declarações de personalidades mundialmente conhecidas sobre uma suposta necessidade de se compartilhar o gerenciamento de seus recursos naturais, sugerem um estado de alerta permanente para a defesa de nossa soberania. Não é sem motivo que a Estratégia Nacional de Defesa adverte: “Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil”.

Embora voltada especificamente para a defesa dos interesses nacionais, a END contempla também

ações de segurança na região, de forma a permitir sua ocupação ordenada, sua preservação e seu desenvolvimento. Nesse ponto, é mister destacar a atuação, a cada dia mais ordenada e consistente, do Ministério da Defesa. Num mundo marcado por incessantes conflitos e turbulências, o Brasil tem se pautado sempre pelo respeito aos princípios de autodeterminação e de igualdade entre os Estados.

Embora a América do Sul seja considerada uma região relativamente pacífica, não podemos ignorar as lições da história e a dinâmica da geopolítica, motivo por que é necessário, como propõe o Ministério da Defesa, reaparelhar progressivamente nossas Forças Armadas e provê-las de recursos tecnológicos para não ficarmos na dependência de outras potências. Afinal, já alertava o romano Publius Flavius para a necessidade de preparar a guerra quando se quer preservar a paz: *Si vis pacem, para bellum.*

Apesar de nos preparamos para a defesa do território e dos interesses nacionais, a guerra não é, absolutamente, a opção do Brasil. Por nossa tradi-

ção e por nosso espírito pacífico, a integração com os vizinhos, a busca do desenvolvimento, o respeito à autodeterminação, o multilateralismo, o regime de cooperação e o respeito à democracia serão sempre os nossos postulados.

Portanto, na ocasião em que o Ministério da Defesa completa sua primeira década, fortalecendo nossas Forças Armadas e logrando dar mais efetividade ao nosso sistema de defesa e de segurança, cumprimentamos todo o seu efetivo, na pessoa do Ministro Nelson Jobim, com a expectativa de que o reforço do aparato militar continue sendo o que sempre foi – a garantia de nossa soberania, mas também da nossa convivência pacífica com as demais nações e da consecução dos nossos ideais de democracia e de desenvolvimento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 14 minutos.)

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	PRESIDENTE Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Marco Maia (PT-RS)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	2º VICE-PRESIDENTE Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	1º SECRETÁRIO Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º SECRETÁRIO Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Odair Cunha (PT-MG)	3º SECRETÁRIO Senador Mão Santa (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	4º SECRETÁRIO Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado André de Paula (DEM/PE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II – Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)
Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²

Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
Efraim Moraes (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ^b (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ^a (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ^c (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ^d (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ^b (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ^e (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ^g (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ^f (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 28.05.2009)

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGMP, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GABI/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignácio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Severiano Alves

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> SEVERIANO ALVES PDT-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



CONSELHOS AOS
GOVERNANTES

Isócrates
Platão
Kautilya
Maquiavel
Erasmo de Roterdã
Miguel de Cervantes
Mazarino
Maurício de Nassau
Sebastião César de Meneses
D. Luís da Cunha
Marquês de Pombal
Frederico da Prússia
D. Pedro II

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Volume 15

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS

OS: 15105/2009